

Elisangela Semedo Furtado

**A Criminalidade Infanto - Juvenil: Intervenção Adotada pelo
Centro Educativo na Recuperação dos Jovens Delinquentes
que cumprem a Medida Tutelar Educativa**

Orientador: Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Lisboa

2014

Elisangela Semedo Furtado

**A Criminalidade Infanto - Juvenil: Intervenção Adotada pelo
Centro Educativo na Recuperação dos Jovens Delinquentes
que cumprem a Medida Tutelar Educativa**

Dissertação apresentada para cumprimento dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Riscos e Violências em Sociedades
Atuais: Análise de Intervenção Social.

Orientador: Professor Doutor Óscar Conceição
de Sousa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa
2014**

Dedicatória Pessoal

Dedico esta Dissertação à minha mãe Clarice Semedo Vieira Tavares por todos os princípios e valores que me inculuiu que me levaram a optar por este curso, ao meu pai que não está entre nós, aos meus irmãos Filomena, Nilda, Filomeno, Sandra e finalmente Adilson que me incentivaram para o estudo.

Índice

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO	8
PARTE I	10
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
A CRIANÇA	11
1.1.1 <i>Desenvolvimento Cognitivo da criança.....</i>	<i>14</i>
1.1.2 <i>Estatuto de Criança e do Adolescente / Leis de Proteção</i>	<i>19</i>
1.2 OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO DESVIANTE DOS JOVENS.....	25
1.2.1 <i>O Papel de Regras.....</i>	<i>30</i>
1.2.2 <i>A Pressão Social.....</i>	<i>32</i>
1.2.3 <i>Adaptação às regras da Comunidade</i>	<i>32</i>
1.2.4 <i>Estatuto.....</i>	<i>34</i>
1.3 AS MODALIDADES DE REINserÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL.....	35
1.3.1 <i>Execução de Medidas no âmbito Tutelar Educativo.....</i>	<i>37</i>
1.4 DELINQUÊNCIA.....	46
1.4.1 <i>Delinquência Juvenil</i>	<i>48</i>
1.5 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA REEDUCAÇÃO DOS JOVENS	51
1.5.1 <i>A Instituição de Acolhimento/ Modelo Socioeducativo Crianças e Jovens</i>	<i>55</i>
PARTE II	57
PROBLEMÁTICA, QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS	57
2 PROBLEMÁTICA.....	58
2.1 QUESTÃO DE PARTIDA	58
2.2 OBJETIVOS DE ESTUDO.....	58
PARTE III.....	60
METODOLOGIA	60
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	61
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO PADRE ANTÓNIO DE OLIVEIRA (CEPAO) CAXIAS	62
3.3 SUJEITOS.....	63
3.4 INSTRUMENTOS	63
3.5 PROCEDIMENTOS	71
PARTE IV	73
DISCUSSÃO DE RESULTADOS E CONCLUSÃO.....	73

4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
4.1	PROJETO DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA (PIE), DO CENTRO EDUCATIVA PADRE OLIVEIRA	74
4.2	O REGULAMENTO INTERNO DO CENTRO EDUCATIVO PADRE ANTÓNIO DE OLIVEIRA 78	
4.3	ANÁLISE DOS DADOS DE OBSERVAÇÃO DESCRITIVA	79
4.4	ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA	86
4.4.1	<i>Verificar como está organizado o dia dos jovens internos.....</i>	86
4.4.2	<i>Quem os acompanha ao longo do dia</i>	89
4.4.3	<i>Verificar quais são atividades tipicamente educativas</i>	90
4.4.4	<i>Ver quais são os programas educativos para jovens em processo de ressocialização no que respeite a recuperação.....</i>	91
4.4.5	<i>Verificar se os jovens visitam a família indo para fora ou se recebem a família no Centro</i>	95
4.5	VERIFICAR COMO RESOLVEM OS CASOS DE INDISCIPLINA.....	97
4.6	VERIFICAR COMO É FEITA AVALIAÇÃO DESSES JOVENS	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	ANEXOS.....	I
	ANEXO I	I

Agradecimentos

A realização do projeto que deu lugar a esta dissertação foi, sem dúvida, uma etapa muito importante da minha vida. Foi, também, uma etapa difícil que me ajudou a crescer. Deparei-me com vários obstáculos e enfrentei muitos desafios. Mas, não o consegui sozinha, nada teria sido possível sem a ajuda de determinadas pessoas que tornam a minha existência mais clara e o meu dia-a-dia mais perfeito e feliz.

Por isso, não poderia aqui deixar de agradecer ao Professor Doutor Óscar de Sousa, a sua orientação e constante disponibilidade. Este trabalho não teria sido possível sem o modelo, os ensinamentos, a simpatia, a compreensão e também a paciência. Desde o dia em que entrou na minha vida, soube ser o exemplo de inteligência, de disciplina, de trabalho, de correção, traduzidas nas revisões, nas sugestões, que contribuíram para a conclusão deste trabalho e a quem muito agradeço e de quem me orgulho ser orientada.

Aos meus familiares, o meu sincero agradecimento pelo estímulo recebido ao longo destes anos; aos meus amigos que tantas vezes souberam compreender a minha indisponibilidade. O meu profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação.

Ao Dr. João Agante Diretor da Direção Geral de Reinserção Social que autorizou o desenvolvimento do presente estudo, ao Dr. João Carlos Quintans, Diretor do Centro Educativo e Dra. Sandra Borba, Coordenadora por me ter permitido efetuar o presente estudo no estabelecimento que dirige, pela sua disponibilidade e por me ter concedido todo o apoio e material que precisei ao longo da investigação. A minha entrevistada, muito obrigada pela importante contribuição que deu para esta pesquisa.

A Deus, por me guiar ao longo desta caminhada.

Resumo

A criminalidade constitui uma prática anti – social capaz de impedir o desenvolvimento, progresso, paz e tranquilidade social. Por essa razão, a mesma, necessita de uma atenção especial por parte dos governantes, escolas, centros de formação profissional, psicólogos, sociólogos, ONG, Igrejas e pessoas coletivas. Pelo facto de se tratar do comportamento humano, que deve ser guiado constantemente pelas normas sociais, urge a necessidade dos jovens serem educados, reeducados e reintegrados pelas instituições.

Neste âmbito, o estudo que apresentamos é uma investigação que se intitula Criminalidade Infanto-Juvenil tendo como principal objetivo analisar quais as Medidas Estratégicas de Intervenção na área do Serviço Social face a este problema (Criminalidade Juvenil) e também analisar os Tipos de Intervenção que constam e são recomendados num Projeto Educativo do Centro Educativo Padre António de Oliveira na Recuperação dos Jovens delinquentes e verificar se os Egressos testemunham mudanças e elencar as boas práticas e as menos boas práticas.

Para alcançar o conhecimento sobre esta problemática, utilizamos a metodologia qualitativa, tendo o estudo empírico sido desenvolvido com base na observação descritiva dos contextos onde os jovens estão a cumprir medidas educativas em regime fechado e recolheu-se, através da entrevista, a opinião de uma pessoa responsável pelo Centro Educativo em questão que, com o seu testemunho, fornece uma visão pessoal sobre a problemática em estudo e a forma como a Instituição a enfrenta, ajudando a compreendê-la na sua totalidade.

No que concerne à investigação, o estudo tinha como objetivo analisar 4 fontes: os documentos estruturantes da intervenção em um centro educativo, O Regulamento Interno (RI), que elabora todo o funcionamento do centro, o Projeto de Intervenção Educativa (PIE), documentos que estruturam e organizam a intervenção educativa, a observação direta feita no centro, bem como a entrevista a uma Responsável pelo Centro.

Palavras – Chave: Delinquência Juvenil, Criminalidade, Recuperação

ABSTRACT

Crime is a anti - social practice able to prevent the development, progress, peace and social tranquility. For this reason, the same, requires special attention by governments, schools, vocational training centers, psychologists, sociologists, NGOs, Churches and legal persons. For the fact that it is human behavior, that must be constantly guided by social norms, there is an urgent need for young people to be educated, re-educated and re-integrated in the institutions.

In this context, the present study is an investigation that is entitled Crime Children and Youth with the main objective to analyze which the Strategical measures of Intervention in the area of Social tackle this problem (Juvenile Crime) and also analyze the types of intervention that included and are recommended in an educational project of the Education Center Padre António de Oliveira in Recovery Youth offenders and check if the witness changes Graduates and rank the best practices and less good practice.

To attain knowledge about this issue, we used a qualitative methodology, and the empirical study was developed based on the observation of descriptive contexts where young people are fulfilling educational measures in a closed and collected through the interview, the opinion of a person responsible for the Educational Centre concerned that with his testimony, provides a personal view on the issue under study and how the institution faces, helping to understand it in its entirety.

With regard to research, this study aimed to analyze four sources: documents structuring intervention in an educational center, the Internal Regulation (IR), which elaborates the overall operation of the center, the Educational Intervention Project (IPP) documents that structure and organize the educational intervention, direct observation made in the center as well as an interview with Head of the Center.

Key - Words: Juvenile Delinquency, Crime, Recover

SIGLAS

COAS -Centro das Observações e Ação Social

OTM -Organização Tutelar de Menores

IRS- Instituto de Reinserção Social

DGRS-Direção Geral de Reinserção Social

CEPAO - Centro Educativo Padre António de Oliveira

RI-Regulamento Interno

PIE-Projeto de Intervenção Educativa

CE- Centro Educativo

GPS-Gerar Percursos Sociais

PEP-Projeto Educativo Pessoal

RGDCE-Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo

TPRS-Técnicos Profissionais de Reinserção Social

Introdução

A presente dissertação de Mestrado tem como principal objetivo analisar as Medidas Estratégicas de Intervenção na área do Serviço Social face à Criminalidade Juvenil concretamente analisar os Tipos de Intervenção que constam e são recomendados num Projeto Educativo do Centro Educativo Padre António de Oliveira na Recuperação dos Jovens delinquentes bem como Verificar se os egressos testemunham mudanças e elencar as boas práticas e as menos boas práticas.

A pesquisa empírica que sustenta a dissertação tem como alvo os jovens que estão a cumprir medidas educativas com internamento.

A delinquência juvenil é um fenómeno preocupante e demonstrativo de diferentes e gravíssimas deficiências na educação, na proteção e no acompanhamento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e de falhas sérias e de patologias várias no funcionamento das famílias, das cidades, da sociedade em geral e das instituições do Estado (Abreu & al. 2010).

O nosso estudo centra-se sobre a intervenção da criminalidade infanto-juvenil e, neste sentido, propusemos realizar a nossa análise num dos centros educativos que constituem os serviços de Direção Geral de Reinserção Social.

Escolhemos esse tema, por se tratar de uma problemática bastante complexa que infelizmente faz parte da nossa sociedade e do nosso dia-a-dia. Contudo, a delinquência juvenil é um fenómeno real, que atinge crianças e adolescentes em idade compreendida dos 12 e os 16 anos, porem daremos ênfase aos jovens infratores internos no Centro Educativo Padre António de Oliveira.

Foi a partir deste ponto de partida que se avançou para as entrevistas exploratórias baseada na seguinte questão: “De que forma o Centro Educativo Padre António de Oliveira, que é um Centro de Recuperação da Direção Geral de Reinserção Social, prepara os jovens para entrarem de novo na sociedade?”

Neste âmbito, queremos aprofundar o nosso conhecimento referente a essa problemática que, infelizmente, em pleno século XXI afeta as sociedades em geral,

comprometendo o futuro da criança ou do jovem em causa, assim como da própria sociedade.

Dentro dessa problemática há muitas hipóteses que “justificam” ou “explicam” as causas das mesmas, que pode ser devido ao seu meio social, à falta de estrutura familiar, ao uso de substâncias entorpecentes ou ao fator cultural. Este tipo de problema, muitas vezes, leva os jovens ao ato infracional que, por sua vez, poderá levá-los ao internamento.

Este problema levanta preocupação a todo cidadão por ser um facto que atinge todas as classes, independente de raça, crença ou nível cultural.

A presente dissertação de Mestrado está organizada em quatro partes distintas:

- ✓ Na primeira parte apresenta-se, de forma introdutória, o tema da pesquisa, expõe-se a problemática da investigação e o modelo de análise que a orientou; Neste primeiro olhar, procura-se analisar ou explorar as fontes oficiais disponíveis sobre *Problemas de Criminalidade Infante-Juvenil* e vai referenciar revisões de conceitos e abordagens analíticas do seu contexto atual. Para a recolha de material sobre o objeto de estudo procedemos à pesquisa documental junto de bibliotecas de instituições de ensino superior em Lisboa. As fontes de informação a que recorreremos para elaborar este trabalho consistem em textos teóricos, documentos oficiais, legislação.
- ✓ A segunda parte aborda a problemática, os objetivos e a questão de investigação.
- ✓ A terceira parte do estudo incide sobre a parte empírica onde se justifica a estratégia metodológica e a abordagem descritiva que se adota, descrevendo as razões que justificam a opção por métodos qualitativos e as etapas seguidas na investigação, refletindo-se igualmente sobre as questões éticas que se colocaram ao longo desta.
- ✓ Na quarta parte apresentamos a discussão de resultados e as conclusões.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Criança

Hoje a criança já é considerada como alguém que tem a sua própria identidade, seus direitos. A infância, hoje, dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente em Portugal a Lei 147, que é a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. O movimento social fez com que a criança tivesse lugar na sociedade como um sujeito de direitos. A criança não tinha direito nem à vida, pois a mortalidade infantil era muito grande. Neste sentido, a Lei portuguesa 147/99, de 01 de Setembro – diz no Art.5º- Considera-se Criança ou Jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

Esta Lei tem como objetivo a proteção e apoio às crianças e adolescentes, visando sua integridade física, psíquica e social. Entretanto, deixa muito a desejar, pois, apesar de tentar proteger, não cuida da prevenção, que ajudaria a pôr entaves a toda situação de risco em que elas se encontram.

Os conceitos de infância e de jovem ganham particular importância, porque são períodos etários alargados que conjecturam mudanças diversas. É nesta fase que a socialização se torna preponderante, porque permite a interiorização do meio e a sua integração na personalidade, a aquisição da identidade pessoal, o desenvolvimento do espírito crítico na relação consigo e com os outros, a aprendizagem de normas, valores, comportamentos e competências e a influência de agentes sociais significativos.

Segundo Pinto e Sarmiento (1999), a definição e divisão de infância é demasiado abrangente. O conceito tem evoluído no sentido de aproximações sucessivas entre “os menores”, “a infância” e “as crianças. Assim o paradigma jurídico (idades de não responsabilidade – tutelado) caminha gradualmente para o paradigma de cidadania (criança – pessoa – cidadão).

No século de XII ao XVII, período de grandes transformações históricas, o foco da pesquisa sobre a infância tomou diferentes conotações em todos os aspetos, ou seja, sociais, culturais, políticos e económicos.

Para Soares, (2001) apesar de a infância ter vindo a ganhar atenção e interesse quer por parte dos investigadores, quer por parte da sociedade em geral, nem sempre a criança foi encarada da forma como atualmente é.

Phillip Ariés foi um dos percursos de estudo sobre a história da infância. Este historiador social foi o primeiro a demonstrar alho da indiferença por parte de toda a sociedade. O período da infância, era considerado o período de maior fragilidade/vulnerabilidade, em que a criança dependia do adulto para sobreviver. *“A criança era encarada como qualquer coisa sem importância, que facilmente podia desaparecer, e pela qual não havia grande investimento emocional”* mas, após alcançar os primeiros anos de vida *“passava a ser encarada como adulto em miniatura. Um Homúnculo - que já se podia valer a si próprio, no meio dos adultos”* (Ariés, 1986, cit. in Soares, 2001:20).

Ariés é da opinião que a criança começa a ser alvo da atenção, a partir dos séculos XVI / XVII, no seio da grande Burguesia e da Nobreza. O autor defende que a partir do século XVII, as crianças começaram a ser amadas como seres humanos, e deixaram de ser tratadas como adultos, passando a ser vistas como indivíduos que necessitam de cuidados específicos (Idem).

A criança era vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, acompanhando-os em seus ofícios, cumprindo assim, o seu papel perante a coletividade.

O conceito de infância como fase importante da vida da criança aparece apenas depois da época medieval (Ariés, 1986 cit. in Antunes, 2007), sendo até aí tratado como adulto pequeno, já que, a maior parte das pessoas eram indiferentes ou hostis para com os seus filhos.

A partir do século XIX, a ciência, e particularmente a medicina, preocupa – se com a introdução de normas de higiene nas classes trabalhadoras, acabando por contribuir grandemente para a diminuição da mortalidade infantil que atingia então números

assustadores. É a partir daí que a importância da criança começa a surgir no conceito social da vida, embora se equacionasse muito esta questão por uma vertente económica. Contudo nas sociedades rurais e operárias, o número de filhos constituía então uma fonte de riqueza, já que aumentava a capacidade de trabalho do núcleo familiar.

Um novo conceito de educação começa a emergir, muito na tolerância, apesar de se pautar por uma pedagogia do castigo como retificadora dos erros cometidos. Começam a surgir as pequenas escolas públicas, e mesmo o espaço urbano começa a considerar importante a reserva de espaço educativo e de lazer para as crianças.

No século XX traz consigo uma mudança radical da imagem social da criança o que provoca uma mudança nos hábitos da família e da sociedade em geral, de tal forma que o estudo da criança passa a ser fundamental para as ciências e introduz novas ciências autonomizadas para discussão pública na mesma linha (Idem).

Ariés (1986), defende que a infância deve ser encarada como uma construção social, uma evolução dos sentimentos e das atitudes para com a infância, que vão desde uma etapa inicial marcada pela indiferença, até ao momento em que ela vai ocupar um lugar central na família. A partir do momento em que a criança passa a ter um reconhecimento enquanto ator ativo, passa a fazer todo sentido a existência da sociologia da infância, isto porque sociologicamente são as próprias crianças atores principais na construção dos seus mundos sociais (Soares, 2001: 39).

Na perspetiva de Jane e Prout (1990 cit. in Soares, 2001), a infância deve ser entendida como “ um conjunto de relações sociais, ativamente negociadas, que caracterizam os primeiros anos de vida. Segundo estes autores, os contextos sociais influenciam as crianças, mas estas, são sujeitos ativos nos seus projetos de vida.

Manuel Sarmiento (1999), cita a existência de diferentes imagens sociais sobre a infância em Portugal, *distintamente geradas na diacronia histórica. Uma imagem romântica da infância, influenciada pelo iluminismo de Rousseau*, que prevalece fortemente arraigada na cultura portuguesa e na cultura de quem trabalha com as primeiras idades; a *imagem da criança – operário*, que é evidente na problemática do trabalho infantil e que encontra explicação no facto de, até muito tarde, e ainda hoje, as

crianças darem um importante contributo à economia das famílias portuguesas; a *imagem da criança delinquente*, relacionada com a problemática do abandono e, mais recentemente, presente, nos “meninos de rua” e nos meninos com problemas com a justiça; a *imagem da criança paciente médico- psicológica* presente em toda temática relacionada com as áreas de saúde, incluindo a prevenção no trabalho da mortalidade infantil. Segundo Sarmento (1999), na imagem da criança como membro da sociedade de bem – estar, centro das políticas sociais e educativas, pode conduzir a uma colonização pelos adultos dos respetivos mundos de vida, limitando as capacidades participativas das crianças. O autor enumera ainda a *imagem da criança como membro da família referindo às políticas de proteção à família*, e se detém também na *imagem da criança pública*, referindo o papel dos media e da criança como objeto e sujeito da publicidade, bem como a *imagem da criança cidadão*, ator social de pleno direito, que segundo Sarmento (1999;19), *é hoje um desafio à mudança das estruturas políticas e sociais, à transformação das instituições e à renovação cultural*, no sentido de garantir:

- ✓ Uma inclusão social plena de todas as crianças;
- ✓ Instituições respeitadoras do melhor interesse das crianças;
- ✓ A aceitação da voz das crianças como expressão legítima de participação na “cidade” (Idem).

Quando se olha para a criança fala-se em fases de desenvolvimento: global cognitivo, emotivo e o desenvolvimento social (Henry, 1993).

1.1.1 Desenvolvimento Cognitivo da criança

Desenvolvimento infantil diz respeito ao estudo científico dos modos como as crianças mudam, da concepção até à adolescência. Os desenvolvimentistas centram – se na mudança sistemática e adaptativa e eficaz em lidar com as circunstâncias da existência. Uma das razões para a complexidade do desenvolvimento da criança é que a mudança e a continuidade ocorrem em vários aspetos do *Self* (Papalia & al, 2001).

O desenvolvimento cognitivo pressupõe um aumento progressivo da capacidade de considerar simultaneamente várias alternativas, de exercer atividades concomitantes e de dedicar a atenção, consecutivamente, a várias situações. Neste sentido, o desenvolvimento cognitivo envolve uma capacidade crescente de dizer a si próprio e aos outros, por meio da linguagem, que se fez o que se fará (Henry, 1993).

As crianças já nascem com uma série de capacidades sensoriais, uma grande curiosidade e uma necessidade inata de compreender a realidade. Neste sentido, para satisfazer essas necessidades e permitir o pleno desenvolvimento cognitivo da criança, os adultos responsáveis por cuidar delas devem proporcionar-lhes uma estimulação adequada, respostas adaptadas às suas capacidades de compreensão, supervisão, controlo na aquisição de conhecimentos e, também, garantir a sua escolarização

Para o desenvolvimento adequado das crianças, no sentido de se tornarem adultos autónomos, é fundamental a satisfação adequada destas necessidades, através de processos cognitivos básicos, como a atenção e a concentração, a memória, o raciocínio, as capacidades linguísticas e o desenvolvimento psicomotor.¹

Piaget (1972 cit. in Collins e Sprinthall 2003) descreveu quatro períodos essenciais de desenvolvimento cognitivo tais como: a vida cognitiva das crianças até aos dois anos, que consiste principalmente, nas ações concretas que são capazes de levar cabo sobre os objetos que as rodeiam. Consequentemente Piaget classificou a etapa inicial do desenvolvimento cognitivo como *período sensório – motor*, uma vez que acreditava que a inteligência das crianças desta idade se reflete, largamente, naquilo que são capazes de fazer, de acordo com as suas capacidades sensoriais e motoras. Gradualmente, estes esquemas externos de ação tornam – se interiorizados. Nessa altura, o pensamento passa a ser constituído por ações. Este período, que inclui a maior parte dos anos pré – escolares, é denominado de *período pré – operacional* porque é uma etapa de transição e de preparação para as capacidades cognitivas relativamente mais desenvolvidas, a que os autores supracitados designaram de pensamento operacional.

¹ Manual CNPCJ (2010) Promoção e proteção das Crianças: Guia de Orientações para os profissionais da Ação Social na Abordagem de Situação em Perigo

Em níveis mais avançados, as estruturas cognitivas tornam – se mais do que, simplesmente, simulações mentais de sequencias particulares de ações. O pensamento mais desenvolvido envolve padrões lógicos generalizados, os quais são aplicados a diferentes tipos de relações entre pessoas e os objetos no mundo da criança. A este tipo de princípios mais gerais, Piaget apelidou de *operações*. As operações constituem ações mentais de nível superior que “ entram em todas as coordenações de ações particulares”. Neste sentido, as operações referem - se às formas, pelas quais as coisas em que *pensamento* são mentalmente organizadas e reorganizadas, durante o processo de pensamento.

Freud (1935/1960 cit. in Sprinthall e Collins 2003), descreveu o desenvolvimento como uma série de estádios *psicos – sexuais*. E exemplificou que durante a primeira infância a maior parte das necessidades da criança é satisfeita através da alimentação e das sucções; Freud chama a este período o *estádio oral* do desenvolvimento psicosssexual. Quando a criança aprende a andar, o centro de interesse reside nas experiencias do controlo das esfíncteres e na aprendizagem do controlo de impulsos inaceitáveis, período esse que é designado por *estádio anal* do desenvolvimento psicosssexual. Finalmente, entre os 3 e os 6 anos têm início o *estádio fálico* durante o qual os indivíduos aprendem a lidar com os seus sentimentos de natureza sexual e a fortalecer a sua identificação com papéis sexuais masculinos e femininos.

Em termos psicológicos, o desenvolvimento psicosssexual entre os 6 anos e a puberdade era para Freud, relativamente calmo. Este *estádio de latência* constituía numa época importante para aprender a cultura, os papéis e as relações sociais (Idem). Ao entrar na adolescência entra no estágio genital, última fase do desenvolvimento e em que a identidade se consolida

Piaget (1972) caracterizou o pensamento das crianças em idade escolar e dos adolescentes em termos de operações. Ele classificou o pensamento das crianças em idade escolar como *operação concretas* e o pensamento dos adolescentes como *operações formais* (Sprinthall e Collins 2003).

Na perspetiva de (Ellenkey cit. in Antunes 2007:56), o século XX foi o século da criança. De facto a psiquiatria assume a noção de criança como ser psíquico que Freud desenvolveu buscando a origem de algumas perturbações psíquicas, na repressão que o paciente sofre enquanto criança.

Mais é sobretudo a segunda metade do século XX que traz uma enorme evolução no estudo das problemáticas infantis e juvenis, de tal forma que se chegou a pensar (e a escrever) que haveria enormes e perigosas transformações na sociedade, que os problemas de adolescência não teriam aumentado, pelo menos nas quantidades assustadoras que se agregavam, mas que, apenas isso, os fenómenos ganhavam visibilidades quando os investigadores centravam neles a sua atenção (Antunes, 2007).

De acordo com (Sprinthall e Collins 2003), a adolescência é considerada o momento ótimo a formação da identidade – a consciência do eu – que engloba, quer a história passada do indivíduo, quer as capacidades necessárias a uma vida psicológica saudável na idade adulta. Ainda na adolescência, o autor refere, o rápido e o vasto desenvolvimento físico, a modificação das expectativas que os outros têm em relação ao comportamento e aos objetivos futuros do indivíduo e a maturação das capacidades para raciocinar acerca do mundo das coisas, dos acontecimentos, das pessoas e das relações, que possibilitam a obtenção de uma maior quantidade e variedade de informações sobre o presente e o futuro.

Ainda de acordo com Sprinthall e Collins, (2003), durante a adolescência, os indivíduos desenvolvem um importante potencial devido ao pensamento formal. Em contraste com as características do pensamento infantil, o pensamento dos adolescentes abrange uma capacidade maior de pensar acerca de possibilidades através de hipóteses, para antever certos resultados, para refletir sobre os próprios pensamentos e para ponderar sobre pontos de vista das outras pessoas.

Na perspetiva de Sprinthall e Collins (2003), durante o desenvolvimento da adolescência ocorrem a nível da compreensão interpessoal várias transformações. Ainda, Robert Selman (1980 cit. in Sprinthall e Collins 2003), identificaram duas alterações principais, nos conceitos que os adolescentes têm sobre si próprios e sobre os

pais, nos conceitos que os adolescentes têm sobre si próprios e sobre os outros: o reconhecimento de que as outras pessoas têm perspectivas diferentes das suas; e a compreensão das formas através das quais estas diferentes perspectivas influenciam o comportamento de cada indivíduo.

Para Pais (2003), a juventude constitui-se, como um laboratório ou cenário de mudança das estruturas sociais. Deste modo, os jovens têm tido ao longo das últimas décadas, um papel relevante na cadeia da reprodução cultural e social.

Adolescência é a fase do desenvolvimento humano que marca a transição entre a infância e idade adulta. Com isso essa fase caracteriza-se por alterações em diversos níveis - físico, mental e social - e representa para o indivíduo um processo de distanciamento de formas de comportamento e privilégios típicos da infância e de aquisição de características e competências que o capacitem a assumir os deveres e papéis sociais do adulto.²

Os termos "adolescência" e "juventude" são por vezes usados como sinónimos por vezes como duas fases distintas mas que se sobrepõem: para Steinberg (1993) a adolescência se estende aproximadamente dos 11 aos 21 anos de vida, enquanto a ONU define juventude como a fase entre 15 e 24 anos de idade - sendo que ela deixa aberta a possibilidade de diferentes nações definirem o termo de outra maneira; a Organização Mundial da Saúde define adolescente como o indivíduo que se encontra entre os dez e vinte anos de idade e além disso Oerter e Montada (2002), descrevem uma "idade adulta inicial" que vai dos 18 aos 29 anos e que se sobrepõem às definições de "juventude" apresentadas. Como quer que seja, é importante salientar que "adolescência" é um termo geralmente utilizado em um contexto científico com relação ao processo de desenvolvimento bio-psico-social. Como mais adiante se verá, o fim da adolescência não é marcado apenas por mudanças de ordem fisiológica, mas sobretudo de ordem sociocultural;

² <http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolesc%C3%A2ncia>, cessado em 7 de Junho 2012

1.1.2 Estatuto de Criança e do Adolescente / Leis de Proteção

A criança, como indivíduo detentor de direitos é uma representação recente iniciada no século XVIII, “a criança é afastada dos pais sendo que a sua aprendizagem é feita no mundo dos adultos e considerada como pessoa de plenos direitos apenas no momento em que participa na vida ativa” (Shoter cit. in Lorenço e Lisboa, 1991, cit. in Antunes 2007).

Na perspetiva do autor supracitado, para a proteção das crianças órfãs, abandonadas ou com poucos recursos familiares, se criaram os primeiros asilos, em Portugal a Santa Casa da Misericórdia, a Casa Pia e as Casas da Obra do Padre Américo as referencias maiores até aos anos sessenta. A criação dos internatos distritais e o aparecimento de múltiplas instituições, religiosas ou privados, dedicadas à “*caridade*” e à solidariedade social, completaram o quadro dos meios de proteção à criança no país. Paralelamente, o comportamento desviante infantil e juvenil encontram também respostas diferenciadas através das “*tutorias*” com desenvolvimento pelos COAS (Centro das Observações e Ação Social) dependentes diretamente da Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores e enquadrados pelo Ministério da Justiça que se destinavam a acolher crianças em situação de perigo, ou que tivessem praticado atos marginais. Estas estruturas haveriam de ser transformadas em colégios de Reinserção que, a partir de Janeiro de 2001 passariam a colher apenas os menores que tivessem praticado atos considerados como crime: todas as outras instituições de carácter social que se destinam ao acolhimento de crianças e jovens em perigo mas que não tenham infringido as regras jurídicas passaram a estar sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social ou pelo menos regulados por este (Antunes, 2007:57).

Uma breve consulta à legislação portuguesa permitiria observar que a criança enquanto indivíduo em construção, beneficia de direitos próprios e de obrigações garantidos pela lei fundamental. No seu art. 13 nº 1, diz-se que “ todos os cidadãos tem a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” também o artigo 36 consagra aos

pais “ o direito e dever de educação e manutenção dos filhos”. Não se trata apenas de um direito mas também de um dever.

Neste caso fica assim consagrado, pela nossa lei fundamental, a existência da criança enquanto detentor de direitos e deveres, atribuindo-lhe, por isso o estatuto de cidadão. Mas outras leis, no nosso país, sobretudo a partir de meados do século XX, vieram trazer à criança alguma proteção social e jurídica, embora nem sempre os efeitos da sua aplicação fossem os desejados pelo legislador sobretudo no que concerne à criança social ou moralmente mais fragilizada. A partir da década de 50, parece e evidente uma preocupação legislativa de proteção jurídica, social e socializadora da criança.

Em 1962, surge pela primeira vez uma lei que definia a categoria de menores em perigo moral, embora esta designação tenha sido afastada em 1967 pelo Decreto-lei nº 47727 que revia a Organização Tutelar de Menores. Dez anos mais tarde, a alteração do código civil e a definição das questões relativas ao poder paternal (Decreto Lei nº 496/77 de 25 /12), vem reforçar as organizações dos pais e instituições para darem conta ao Tribunal do menor durante a aplicação das medidas, exercendo assim um claro controlo sobre os menores em risco e sobre o funcionamento das medidas aplicadas.

Em 1978, é feita uma nova revisão desta lei que vigoraria até ano 2000. O sistema português de tratamento dos casos de delinquência juvenil foi assim, durante quase quarenta anos regulado pela OTM (Organização Tutelar de Menores) que reunia também, no mesmo documento, os casos de menores em risco e os menores vítimas (Idem).

E embora os artigos 18º e 19º da referida lei, estabeleçam medidas distintas para as duas situações, a verdade é que devido à prática e à insuficiência de meios institucionais que se viveram, acabaram por provocar uma mistura um pouco indiferente de todos estes casos. Assim, instituições que se deveriam dedicar exclusivamente as situações de carência económica e fragilidade familiar e social, acabaram por receber casos de delinquência juvenil, já que, na sua grande maioria, também eles tinham estado sujeitos a essas carências e fragilidades (Antunes, 2007:60).

Ainda na perspetiva do autor acima referido afirma que essa lei foi considerada por inúmeros especialistas como uma das melhores leis sobre menores da Europa, referenciando ao espírito assistencialista e humanista que presidia ao tratamento dos casos sociais. Porém, a verificação da necessidade de mudança desta legislação, parece atestar a crescente alteração do conceito social de criança, acompanhado às vezes tardiamente pelo processo de construção jurídica.

É nesta necessidade que parece estar a origem de duas novas leis que vieram substituir a OTM: a Lei de Proteção das crianças e Jovens em perigo (Lei 147/99 de 1 de Setembro) e a Lei Tutelar Educativa (Lei 166/99 de 14 de Setembro) que só entraram em vigor em Janeiro de 2001.

Relativamente à primeira, tenderá a resolver os casos de crianças e adolescente em perigo ou que se encontrem em situação de vítimas de maus tratos ou negligência. Já a Lei Tutelar Educativa pretende introduzir em Portugal um novo Sistema de medidas para tratar as questões ligadas aos adolescentes e jovens que tenham cometido atos que a lei caracterize como crimes e para os quais se julgue necessária uma educação para o direito (Antunes, 2007: 60).

No entanto, ficam definidos dois sistemas para dois grandes grupos bem diferenciados, acabando com a mistura de casos que até aqui se podiam registar. Entretanto, nesta nova lei, tende-se a responsabilizar os menores que cometam delitos. É dentro deste espírito que a nova lei caracteriza as medidas que podem ser adotadas pelos Tribunais como tendentes à educação para o direito dos menores que cometam crimes, tal como são definidos pelo código penal (Antunes 2007: 61).

Neste caso, não se trata de prender adolescentes delinquentes, como se faz para com os outros delinquentes adultos. A lei, vem estabelecer uma série de medidas e programas objetivamente voltados para a responsabilização do agente que abrangem medidas de institucionalização e medidas de aplicação em meio livre conforme os casos. E, embora em alguns casos os menores venham a cumprir medidas em internamento fechado, muitos outros casos não necessitarão deste tipo de medidas, podendo ser trabalhados em regimes semi – fechados, isto é, ou mesmo em regime

aberto que tenderá a transformar o colégio em que forem internados numa residência com apoio técnico eficaz fora da influencia negativa de alguns sectores ao seu próprio meio. Outros ainda beneficiarão de oportunidade de cumprirem em meio livre medidas reparadoras, que levem o jovem a compreender e assimilar valores de convivência social. Entretanto, cada medida será aplicada segundo cada caso e de acordo com a necessidade de prevenir a reincidência dos atos. Todas estas medidas são ainda apoiados por uma série de programas pedagógico formativos, aplicados segundo o tipo e a gravidade da infração (Antunes 2007).

O interesse pelo direito de menores intensificou – se de um modo significativo a partir do momento em que, no início dos anos 90, foi iniciado o processo de reforma da legislação então vigente, em especial da Organização Tutelar de Menores de 1978. O assunto, que durante as décadas anteriores permanecera na penumbra e quase caíra no esquecimento, começou a ocupar um lugar de relevo na atenção dos docentes ou investigadores, de deferentes formações académicas, que atuam junto de crianças e jovens (Tomé, 2003:11).

“Os direitos da criança representam um combate fundamental do nosso tempo. Como é sabido, as crianças são sempre as primeiras e as mais indefesas vítimas das catástrofes e das tragédias, como a guerra, fome, o êxodo, a violência, mas também são as vítimas dessas outras tragédias, quotidiano e menos visível, que é a falta de condições de vida e de educação, no plano material e no plano afetivo, que mesmo nos países mais desenvolvidos, continua a afetar tantas crianças” (Fonseca e Perdigão, 1999). Alguns inquietantes sinais de desumanização das nossas sociedades tem reflexos profundos na violação dos direitos das crianças (Idem).

Promover os direitos da criança não significa atribuir – lhes o controlo completo das suas vidas ou aceitar que ignorem o direito dos outros. É pelo contrario, “ recusar a desacreditada ideia de que os adultos podem determinar sozinhos o que acontece na vida das crianças sem considerarem os seus pontos de vista, experiências e aspirações. Significa aceitar que as crianças, mesmo as pequenas, devem ser ouvidas e levadas a sério. Significa reconhecer que, à medida que crescem, as crianças podem assumir

maior responsabilidade nos exercícios dos seus direitos” (Lansdown, 2001:96 cit. in Delgado, 2006:45).

De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança, a criança é como qualquer pessoa menor de 18 anos, salvo se as leis nacionais determinarem que a maioridade se atinge mais cedo, sujeita de direitos. Consagrando uma ampla diversidade de Direitos Humanos – civis, políticos, económicos, sociais e culturais – a Convenção reconhece que o gozo de um determinado direito não pode ser separado do gozo dos outros. Demonstra que a liberdade de que uma criança necessita para desenvolver as suas capacidades intelectuais, morais e espirituais depende de um ambiente saudável e seguro, do acesso a determinados cuidados e de padrões mínimos de alimentação, vestuário e abrigo, entre outros aspetos (ONU:45,1999).

A Convenção alarga a cobertura jurídica na área dos Direitos Humanos ao proteger as crianças contra todas as formas de exploração e ao abordar a questão das crianças pertencentes a grupos majoritários ou indígenas e os problemas da toxicodependência e do abandono. Neste caso a convenção reconhece o papel primacial da família e dos pais no cuidado e proteção das crianças, bem como a obrigação do Estado de os ajudar a desempenhar essas tarefas (Idem).

De acordo com Antunes (2007;62), ainda que contrariando a vontade de alguns, esta lei não vem diminuir a idade da imputabilidade que continuará a ser os 16 anos. Neste sentido, o que vem é possibilitar a aplicação de verdadeiras medidas reparadoras e que ajudem o jovem de valores da educação para o direito, e devolvendo cada um, jovens e famílias, a reparação dos atos que sejam da sua responsabilidade perante a lei e perante a sociedade.

Para o autor, uma característica desta lei, é a definição do ato delincente e a normalização de um sistema de respostas específicos para esses atos e esses agentes que até aqui não existiam na prática, e a responsabilização adequada do jovem pelo ato cometido, garantindo – lhe o uso dos instrumentos legais nomeadamente os que concernem ao direito de representação e defesa (Idem).

Na perspetiva de Abreu e al (2010,14), a Lei aprovada pelo Decreto – Lei de 27 de Maio de 1911 e denominada Lei de Proteção da infância, instaurou em Portugal o modelo de proteção que se manteve até à reforma de 1999, modelo de proteção que se opõe ao modelo de justiça.

A proteção da infância é recente, remontando à segunda metade do século XIX. Já durante o século XX, alargou – se o espaço de intervenção estatal judiciária na menoridade. Tal intervenção promovia a desresponsabilização do menor, em absoluto, perante a prática de ilícitos criminais, encarando tal prática como decorrente da exclusão social, carência afetiva e da necessidade de proteção do menor. As crianças passaram a ser encaradas como sujeito de direitos subjetivos e a ter, consequentemente, direito a uma intervenção que os efetivasse, que os tutelasse.

Com a aprovação da Lei da infância, foram criados os primeiros tribunais especializados – as tutórias que, em 1925, se alargaram a todo país. Com este alargamento terminou, finalmente, a aplicação direta dos Códigos Penal e de processo Penal de Menores.

Entre outros dramas históricos, e paralelamente à subtração dos menores à jurisdição penal, haveria necessidade de criar uma estrutura institucional que pudesse acolher os menores objeto de intervenção tutelar tais como: os menores em perigo moral (abandonados, pobres e maltratados);os menores desamparados (ociosos, vadios, mendigos e libertinos);os menores delinquentes (contraventores e criminosos);os menores indisciplinados.

De acordo com Abreu e al, (2010), já existia desde 1871, a Casa de Detenção e Correção de Lisboa, cujo objetivo era educar as crianças, regenerando – as educativa e moralmente pelo trabalho. Porem a criação desta casa correcional marcou a primeira separação entre adultos e menores, que até ai cumpriram pena, juntos, nas prisões. A partir daí foram criadas mais casas de correção, masculinas e femininas integradas no sistema de proteção de menores.

Na perspetiva do Delgado (2006), as medidas de promoção e de proteção de crianças e jovens tem por finalidade criar os mecanismos de intervenção necessários para

assegurar o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em perigo, sempre que o seu bem – estar está comprometido ou ameaçado.

Para a ONU, as medidas de promoção e proteção, visam afastar o perigo em que estes se encontram, além de proporcionar – lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, tais como: Saúde; Formação; Bem-estar e desenvolvimento integral e, também garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens.

Na perspetiva de Magalhães (2002), as medidas de promoção podem ser executadas em dois grupos:

- ✓ No meio natural de vida: apoio junto dos pais ou de outro familiar, confiança a pessoa idónea ou apoio autonomia de vida;
- ✓ Em regime de colocação: acolhimento familiar e acolhimento em instituição.

1.2 Os Processos de Socialização do Comportamento Desviante dos Jovens

O conceito de socialização é um processo permanente, dinâmico e variável. Com efeito, é uma construção, uma recriação que acarreta o desenvolvimento e enriquecimento do indivíduo, de que o grupo ou da sociedade também beneficia. Ela não opera mecanicamente, mas de um modo recíproco ou interativo: o grupo ou a sociedade influencia o indivíduo, e o indivíduo, por sua vez, influência o grupo ou a sociedade a que pertence (Costa, 2005:44).

A palavra socialização surge ligada à conceção segundo a qual a sociedade não pode ser pensada sem ter em conta o indivíduo nem o indivíduo pode ser pensado sem a sociedade (Pinto 1995). Contudo, a palavra socialização parece ter surgido na tradução de alemão para inglês da noção central da obra de Simmel *Vergesellschaftung*, ou seja, “entrada em relação social” (Bourdon, Bouriecaud, 1986).

De acordo com Sousa (2008), todo o ser humano existe como fruto de uma relação e a sua sobrevivência depende dos cuidados de outro. Neste sentido, a herança biológica de que é portador proporciona – lhe uma caixa cheia de potencialidades, tais como

aprender, sentir, expressar, imaginar e sobretudo desenvolver, juntamente com um conjunto de orientações básicas para alertar os que rodeiam para que sejam satisfeitas não só as suas necessidades físicas como afetivas e sociais. É tão biológica a nossa necessidade de satisfação dessas necessidades, no seu conjunto, assegurada por um ou mais seres humanos socializados, que contribuirá para que o recém – nascido participe e entre na história dos homens, no quadro da especificidade da cultura de origem, desta vez a cultura humana (Vygotsky, 1978 cit. in Sousa, 2008).

Socializar é reproduzir e integrar, mas também produzir e criar. Enquanto reprodução, a socialização implica standardização, uniformização, normalização, manipulação e previsão; como criação, ao contrário, ela traz consigo inovação, desvio, liberdade, indeterminação (Costa, 2005).

Tendo em conta o desvio acima referido, Da Agra (1986 cit. in Matos e al.2000:112-113), defende que os comportamentos desviantes na adolescência constituem “ formas experienciais de auto – organização que o sistema escolhe através do seu inconsciente epistémico, ou de formas de organização significativa da totalidade do sistema. Os comportamentos desviantes na adolescência constituíram uma vontade inconsciente de ato político, de governação significativa de si para si e de si para o mundo através da equifinalidade dos subsistemas que o constituem”.

Partterson, DeBaryshes e Ramsey (1986 cit. in Matos e al. 2000), enquadram o comportamento desviante num conjunto de vulnerabilidade onde se encontra a hereditariedade, a vulnerabilidade em meio familiar, em meio escolar e mais tarde em meio laboral.

Ainda, na perspetiva de Carvalho (1990 cit. in Matos e al. 2000:114), “o comportamento desviante é todo comportamento que envolve uma transgressão ou violação de normas e expectativas sociais ou que é considerada desviante por parte de grupo de indivíduos ou pela comunidade”.

Neste caso, a socialização efetua – se através de mecanismos que tenderiam a integrar os jovens no sistema existente de relações sociais. Neste sentido, essa socialização teria essencialmente um carácter diretivo (Pais,2003:53).

A socialização ocorre dentro de uma cultura, que, sendo um meio permanente e total, modela profundamente os sujeitos que dela participam. Socializar - se é, assim, aprender e desenvolver – se assimilando a cultura em que se está mergulhado. Contudo, o processo socializante une as gerações umas às outras, dando continuidade à sociedade (Costa 2005:44).

Delgado (2006 cit. in Sebastião, 1998), destaca as instâncias de socialização tais como: a família, a escola, o grupo de amigos, o bairro e as instituições para menores, sem contudo omitir que a culturização dos jovens possui outras dimensões, como os media ou a esfera do consumo. E defende que a socialização é o processo “ através do qual os indivíduos aprendem, elaboram e assumem normas e valores da sociedade em que vivem, mediante a interação com o seu meio mais próximo e, em especial, a sua família de origem, e se tornam, desse modo, membros da referida sociedade” (Pinto, 1997 cit. in Delgado, 2006:54).

De acordo com Costa (2005:45), relativamente a socialização, a família é o mais importante agente de socialização durante a primeira infância, transmitido forma de vida material, língua e outras formas de comunicação, expressões, valores, normas, posturas corporais, atitudes e padrões de pensamento, efetividade e de ação. Contudo, a socialização que tem lugar na família (socialização primária) condiciona profundamente a socialização que vem a seguir (socialização secundária).

De igual modo, Sousa (2008:106), defende que a família é uma estrutura humana responsável por criar um ambiente propício da criança para essa entronização bem como a construção harmoniosa da sua personalidade. Entretanto, o autor chama atenção, que a família que aqui se advoga como necessária para a hominização do recém – nascido pode não corresponder à família constituída pelos pais biológicos. Neste sentido, qualquer outro socializado que se transforme em outro significativo para o recém – nascido pode vir a desempenhar esse papel.

É neste contexto que o recém - nascido se apropria das especificidades que caracterizam a espécie humana, isto é aprende a sorrir, a comunicar, assume a posição

ereta e anda, desenvolve a sua capacidade simbólica, apropria-se da língua materna, interage com o mundo físico e social, torna-se capaz de imaginar e criar (Idem).

De acordo com Costa (2005: 47), a socialização “é um todo. Os suportes, os agentes que estabelecem não podem, a não ser artificialmente, ser dissociados, divididos. Assim, a escola está ligada à instituição familiar, aos media, às estruturas sociais que a definem historicamente, economicamente. O seu modo de exercício depende dos espaços e dos tempos que a compõem. Do mesmo modo, os meios de comunicação de massa, a família e o ambiente socioeconómico global são solidários e reciprocamente dependentes”.

Entretanto, a socialização opera-se através de vários mecanismos e processos. Entre eles se contam a linguagem em geral, a língua em particular, o controle social, a classe social, os rituais, a lei, a afeição, a imitação de modelos, a referência a grupos, a identificação, a disciplina, as práticas pedagógico – didáticas, o sentimento de pertença, a comunicação, a colaboração, a projeção, a introjeção, a pressão social, o reforço ou as sanções, a interação, a interiorização e a oposição ou recusa.

Relativamente à educação que é forma particular de socialização, tem por modelo final o “homem ideal”, que é definido pelo sistema de ensino, o qual, por seu turno, vai buscar à filosofia à religião, à ciência, ao sistema económico – social e à tradição nacional. Paulo Freire (1974) sustenta, que não há teoria pedagógica “que esteja isenta de um conceito de homem e de mundo. Neste sentido, não há uma educação neutra”. Esse modelo referência pode estar, no futuro, operando assim antecipação. Nessa altura, o socializado imita um papel que deseja ter mais tarde, mas que ainda não tem. A escolha de tal papel depende das redes de interconhecimento e de interação (Idem).

A escola é um outro fator protetor das crianças e jovens, uma vez que a escola é uma instituição fundamental de socialização, construindo “o quadro privilegiado de descoberta do outro, das regras da vida em sociedade, das realidades sociais e económicas” (Lazerges e Balduyck, 1998:36 cit. in Delgado, 2006:68). À escola compete desempenhar um papel de integração social, de transmissão e aperfeiçoamento dos saberes. Enquanto agente transmissor, à escola compete passar a herança cultural

entre as gerações, de modo a garantir o desenvolvimento individual do aluno, garantindo - lhe a apropriação do saber e a capacidade para a sua utilização, num contexto caracterizado pela mutação tecnológica.

Daniel Sampaio (cit. in Silva, 2001), chama atenção para a importância da articulação entre o sistema familiar e o escolar. Considera que só com a proximidade destes dois sistemas, tão importantes para o desenvolvimento do (a) adolescente, será possível acautelar as situações problemáticas, como sejam deficientes resultados escolares e os problemas de comportamentos escolares e os problemas de comportamento e de disciplina. Compete à escola e aos pais a busca conjunta de soluções.

Na perspetiva de Pinto (1995), o ser humano não nasce membro de uma sociedade. A criança, o adolescente, o jovem e o adulto vão – se tornando membros da sociedade. Neste sentido, a infância, a adolescência e a juventude são etapas de socialização e de maturação do ser humano que só podem ser compreendidas em referência ao contexto social em que são vividas.

No que concerne a socialização dos indivíduos, na linha do que é defendido por Durkheim (1984 cit. in Baptista 1998), constitui uma função importante da educação, mas não uma função exclusiva ou fundamental.

Assim e de acordo com Costa (2005), a socialização pode ser primária e secundária. No que diz respeito a socialização primária ou familiar, a socialização escolar é profundamente condicionada por aquela. O autor chama atenção que condicionada não significa determinada! Ao contrário dos que os funcionalistas propugnam, as aprendizagens escolares entram em interação com as precedentes, ora reforçando – as ora dando – lhes nova orientação, ora contradizendo-as. Neste sentido, elas podem gerar até os primeiros conflitos vividos pelas crianças.

Quanto a agente de socialização secundária, a escola assume uma forma mais institucionalizada, desvaloriza a identidade dos adultos que nela trabalham, nos quais vê apenas sujeitos contingentes, provoca graus menos profundos de identificação com os

modelos e permite uma maior participação dos estudantes na escolha dos papeis, atitude e formas de estar (Idem).

A família é o primeiro agente de socialização, ou o agente de socialização primária, pela “ intensa circulação afetiva, material e simbólica que se verifica no seio” (Segalen,1999:17). Todavia quando esse elo fundamental para o desenvolvimento pessoal e a inserção social da criança e do jovem não existe, ou existindo se revela não uma condição benéfica, mas, antes, um fator de destruição das potencialidades da criança ou jovem para crescer e viver em equilíbrio, é obrigação do Estado e da sociedade civil encontrar alternativas que assegurem o direito da criança ou do jovem a um lar.

1.2.1 O Papel de Regras

Na teoria do Pinto (1995:151), papel denomina “*o conjunto de modelos culturais associados a um estatuto dado*” É um conjunto organizado de comportamentos que correspondem à leitura que determinada cultura faz das expectativas que se têm sobre quem detêm determinado estatuto na organização. Neste sentido, este conjunto forma um todo conforme em relação às regras ou normas contidas do papel.

O termo papel lembra espontaneamente o teatro, mas na perspectiva da dinâmica de grupos, não se considera que exista um repertório de papel previamente fixado antes do encontro entre os atores sociais que são os membros do grupo. Neste sentido, em todos os sistemas sociais, os que desempenham uma posição possuem determinadas obrigações a cumprir e determinadas expectativas relativas aos deveres dos outros relativamente a eles (Cerclé e Somat,1999).

Os papéis são comportamentos característicos das pessoas num contexto (Biddle, 1979 cit. in Cerclé e Somat,1999). No entanto, o papel também se pode assemelhar a um esquema de comportamentos (Idem).

Segundo Sigmund Freud (1972 cit. in Sprinthall e Collins 2003), considerava a adolescência como um período necessariamente difícil e turbulento. As suas ideias são

igualmente maturacionistas. Freud construiu toda uma visão sobre a natureza do homem com base na ideia de que certas pressões psicológicas muito fortes – pulsões instintivas são inatas em cada pessoa. Estas pulsões determinam as experiências mais importantes ao longo da vida do indivíduo. Embora as pulsões sejam de natureza mais psicológica do que física, não obstante, Freud acreditava que elas eram fontes de energia que estimulavam os indivíduos a manifestar diferentes tipos de comportamento. Alguns destes comportamentos, no entendimento de Freud, são socialmente aceitáveis e até mesmo benéficos, quer para a própria pessoa, quer para os outros; alguns são menos indesejáveis e, potencialmente, levam a pessoa a sentir prazer momentâneo, mas não a conduzem a uma satisfação duradoura ou à aprovação social. O papel da socialização na infância e na adolescência consiste em orientar e canalizar as pulsões instintivas para formas comportamentais socialmente aceitáveis.

Na perspectiva de Turner (1987 cit. in Cerclé & Somat 1999), os papéis são normas que definem os comportamentos apropriados para todos os membros do grupo em que se reconhecem como tais ou que são consagrados a uma posição ou determinada função social.

Para Sprinthall e Sprinthall (1994), o papel é o comportamento que se espera de nós devido ao estatuto particular que temos. Contudo, de acordo com autores acima referidos, a compreensão do comportamento associado aos papéis é fundamental para a compreensão do comportamento humano. As pessoas tendem a comportarem – se do mesmo modo que são tratadas pela sociedade (corporizada pelas pessoas que as rodeiam).

Ainda de acordo com Sprinthall e Sprinthall (1994) um dos fatores que contribuem para a revolta dos adolescentes é a falta de consistência com que a sociedade trata essas pessoas, não são crianças, mas também não são adultas.

1.2.2 A Pressão Social

A socialização é o processo de aprendizagem dos costumes e regras da sociedade e é obtida por intermédio das pressões para o conformismo. Relativamente ao conformismo e a pressão do grupo têm sido apresentados como repressivos e limitadores, retirando às pessoas a sua individualidade (Sprinthall e Sprintall, 1994).

Na perspetiva de Oliveira e al. (1986), a pressão da sociedade exerce – se, com efeito, muito mais através de sanções positivas do que através de sanções negativas. As sanções de ordem jurídica aparecem mais habitualmente, mas são puramente negativa; com efeito, elas atuam mais frequentemente em virtude do medo por elas provocado do que pela aplicação direta, ao passo que todo o jogo social funciona pelas sanções positivas de que dispõem os vários grupos sócias para estimular os indivíduos a desempenharem os seus papéis como devem.

1.2.3 Adaptação às regras da Comunidade

Na perspectiva do Pinto (1995), adaptação social entende – se por mecanismos através dos quais o indivíduo se torna apto a pertencer a um grupo (Boudon, 1979). Contudo, a adaptação social é vasta. Entretanto, na linguagem comum, a adaptação evoca, duma forma particularmente forte, a conformação a normas exteriores.

Jean Piaget (1978 cit. in Costa 2005:65), preocupou – se principalmente com o desenvolvimento mental do ser humano. Para ele, a personalidade evolui de modo contínuo, mas não linear, passando por várias fases ou estádios. A cada nova fase de evolução mental correspondem formas típicas de relacionamento social. Cada nova fase, que traz novos desempenhos e um equilíbrio mais perfeito, implica que se tenha concluído com sucesso anterior, motivo pelo qual se pode concluir que o desenvolvimento é um processo ativo de adaptação descontínua a formas mentais e sociais cada vez mais complexas.

Segundo Dias (2003), do ponto de vista sociológico, a principal consequência de socialização é a adaptação da pessoa humana ao seu meio social. Neste sentido, é

através da adaptação social que os sujeitos conseguem não só viver colectivamente, como também terem percepções uns dos outros e da vida como algo que lhes é comum e terem sentimento de pertença a este ou àquele grupo, família, religião, pais, entre outros.

A adaptação social permite igualmente comunicar ideias, sentimentos, partilhar aspirações, gostos e necessidades, já que os indivíduos se revêem no nós, a partir do qual constroem a sua identidade pessoal e social.

Para o autor supracitado, vendo a adaptação da pessoa ao seu meio social numa perspectiva sistémica, pode dizer – se que esta se realiza simultaneamente: ao nível biológico ou psicomotor; ao nível afetivo; ao nível mental; e ao nível social.

Quanto a adaptação ao nível biológico ou psicomotor traduz a capacidade de sujeito ter desenvolvido necessidades fisiológicas, gostos e atitudes corporais de acordo com os condicionamentos de uma determinada sociedade ou cultura que o processo de socialização lhe proporcionou no decurso da sua vida.

A adaptação ao nível afetivo demonstra a aptidão de o sujeito expressar os seus sentimentos através das modalidades sociais e culturais, tendo em consideração as restrições e as sanções, ou até a supressão, que uma sociedade ou cultura lhe impõem.

Ao nível mental, a adaptação evidencia a assimilação e a capacidade de o sujeito empregar e lidar com as categorias mentais, as representações, as imagens, os conhecimentos, os preconceitos e os estereótipos, aspetos essenciais ao desenvolvimento da inteligência, da memória e da imaginação (Idem).

No que se refere ao nível social, a adaptação revela a competência de o sujeito saber lidar com as situações *inesperadas*, interpretar o presente e o passado, fazer prospetiva, entender – se com os outros, criar expectativas socialmente aprovadas e conviver com os outros dentro dos padrões de relacionamento socialmente aceite (Dias, 2003).

1.2.4 Estatuto

Na perspetiva de Sprinthall e Sprinthall (1994), o estatuto é as posições que ocupamos na hierarquia de prestígio da sociedade. Neste sentido, o conformismo é essencial ao estatuto, porque o estatuto nos cria uma obrigação de agir (representar o papel) da maneira que a sociedade espera.

Para Oliveira e al. (1986), o estatuto exerce, para o indivíduo a quem está ligado, funções bem definidas. A esse indivíduo ele oferece um ancoradouro, um quadro de referências, uma norma, quanto mais não seja pelas suas condições formais: é bem definido, exprime – se do modo convergente em inúmeras circunstâncias em que estamos em relação com os outros e sobretudo possui duas propriedades que nenhuma outra fonte de normas possui tal grau.

O estatuto implica um conteúdo, e não é menos importante. Determina com precisão o comportamento do indivíduo na vida social, e o comportamento dos outros em relação a ele, o que se espera dele e o que ele deve esperar dos outros. Neste caso a moral, a educação, o direito, que passam por ser as instituições normativas essenciais, só desenham na realidade as linhas gerais, subentendendo sempre ajustamentos particulares. Contudo, o estatuto exprime com precisão, individualmente, os direitos e os deveres. O estatuto dá ao indivíduo a definição de si próprio (Idem).

Ainda de acordo com Oliveira (1986), o estatuto contribui para dar a um indivíduo um sentimento de segurança pessoal. Esta noção de segurança não depende somente da qualidade agradável ou desagradável das impressões que o meio é susceptível de nos dar. Baseia – se sobretudo no carácter estável e previsível das experiências. Ainda relativamente ao estatuto, é precisamente um sistema de proteção dessa natureza: define os comportamentos do indivíduo que serão bem acolhidos por aqueles que o rodeiam e quais as reacções desse círculo que ele deverá esperar e aceitar com satisfação. O autor ainda refere que é o estatuto que permite ao indivíduo avançar com confiança na vida.

De igual modo o mesmo autor sublinha que o estatuto incorpora – se na consciência de si, em particular neste aspeto da consciência que é estima de si próprio. Na noção de estatuto há certamente a ideia de hierarquia.

Neste sentido, o estatuto social, decorre, assim, do posicionamento hierárquico ocupado na estrutura social. O lugar ocupado na divisão de trabalho atribui, portanto níveis de prestígio e de poderes diferenciados a indivíduos e a grupos, permitindo falar – se em estatutos superiores e estatuto inferiores (Idem).

1.3 As Modalidades de Reinserção Social em Portugal

O Instituto de Reinserção Social (IRS) foi criado em 1982, pelo DL 319/82, de 11 de Agosto e a sua formação insere-se na reforma do sistema penal dos anos 70, no âmbito da qual foi acolhida com intuito de ressocialização das penas (Abreu e al.,2010).

A reforma do direito de menores operadas pela aprovação da Lei de Proteção de Criança e Jovens (LPCJ) e da Lei Tutelar Educativa (LTE), teve grande impacto nos serviços de Reinserção Social. No entanto, o IRS recentemente foi abolido e sucedido nas suas atribuições pela Direção Geral de Reinserção Social (DGRS), através da aprovação do Decreto – Lei 126/2007 de 27 de Abril, no âmbito da reestruturação da Administração Central do Estado que tem por finalidade executar as políticas de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, nomeadamente pela promoção e execução de medidas tutelares educativas e de medidas penais alternativas à prisão (art.º 2.º n.º 1 do DL126/2007 de 27 de Abril).

A DGRS tem intervenção a nível nacional, dispondo de sete unidades orgânicas desconcentradas, nomeadamente por delegações regionais bem como a unidades orgânicas sobretudo por centros educativos.

As equipas de reinserção social são constituídas por técnicos de reinserção social recrutados por concurso entre licenciados nas áreas das ciências humanas e sociais (psicólogos, técnicos de serviços social, juristas) e, por elementos de apoio administrativo (Idem).

Em Portugal existem vários projetos de Reinserção Social que tentam lutar contra este fenómeno da delinquência juvenil que tem vindo a aumentar em determinadas zonas geográficas. A prevenção é apenas uma das fases da delinquência, ganhando

relevo a reabilitação daqueles que incorrem em comportamentos anti-sociais. É esta a razão de ser dos Institutos de Reinserção Social.

O Instituto de Reinserção Social [IRS] é o órgão auxiliar de administração da justiça responsável pelas políticas de prevenção criminal e reinserção social, designadamente nos domínios da prevenção da delinquência juvenil, das medidas tutelares educativas, o apoio e a proteção judiciária de menores e, a prevenção da criminalidade através de ações que promovam o desenvolvimento social e a redução da possibilidade de cometimento de crimes, e da promoção de medidas penais alternativas à prisão (Seabra, 2005).

O Instituto de Reinserção Social, de acordo com a sua razão de ser, vem a dar a sua atribuição em deferentes meios, tais como:

- ✓ Contribuir para a definição da polícia criminal, em particular nos domínios da reintegração social de jovens, e também adultos, e de prevenção da delinquência;
- ✓ Assegurar, através de relatórios e perícias, o apoio técnico aos tribunais na tomada das decisões no âmbito dos processos penal e tutelar e processos cíveis;
- ✓ Assegurar a execução de medidas tutelares aplicadas a menores;
- ✓ Assegurar, nos termos da lei, a execução de penas e medidas alternativas à pena de prisão, incluindo a liberdade condicional e a liberdade para prova;
- ✓ Intervir na execução da pena de prisão, dando apoio aos reclusos, na perspetiva da sua reinserção social e assessorando os tribunais de execução das penas e a administração prisional;
- ✓ Participar em programas e ações de prevenção do crime, em especial nos domínios da delinquência juvenil;
- ✓ Assegurar a gestão das instituições de justiça para acolhimento de menores e de outros equipamentos e programas para apoio à reintegração social de

jovens e adultos (Areu e al.2010).

1.3.1 Execução de Medidas no âmbito Tutelar Educativo

No domínio da jurisdição educativa, a DGRS assegura a execução de medidas tutelares educativas nas comunidades, desenvolve atividades de mediação em processo tutelar educativo bem como a execução das medidas tutelares de internamento, através da gestão dos Centros Educativos destinados reintegração social de crianças e jovens agentes de factos legalmente tipificados como crime (Areu e al.2010).

A DGRS acompanha ainda outras intervenções na fase pré decisão como a Suspensão do Processo com e sem mediação, a detenção, e o internamento em centro educativo para realização de perícia sobre personalidade.³

A intervenção dos serviços de reinserção social visa permitir uma maior focalização naquilo que é o essencial das finalidades da prestação de serviços da intervenção tutelar educativa e a execução de penas e medidas na comunidade social daqueles que entraram em conflito com a lei e a prevenção da delinquência.

Tendo em conta a intervenção e de acordo com Abreu e al. (2010), DGRS pode concretizar-se em:

- ✓ Atendimento, informação e encaminhamento, em articulação com entidades públicas e particulares competentes;
- ✓ Concessão pontual de apoio sócio- económico na medida dos meios disponíveis, supletivamente ao prestado por outras entidades públicas responsáveis e pressupondo a participação responsável do indivíduo;
- ✓ Acolhimento temporário em equipamentos sociais geridos pela DGRS ou outras entidades, no âmbito de acordos ou contratos celebrados;
- ✓ Integração em projetos de inserção sócio- profissional e aumento da

³ DGRS, Dados Estatísticos – Área Tutelar educativa.

empregabilidade, de qualificação sustentada em posto de trabalho e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com eventual apoio sócio- económico.

- ✓ Integração em programas de prevenção da reincidência, designadamente baseados na identificação de fatores criminogénicos e a avaliação de necessidades de riscos;
- ✓ Cobertura de riscos e danos no âmbito dos serviços e acolhimento da execução de medida de trabalho e tarefas a favor da comunidade e da integração em projetos e Ações.

No âmbito da execução das medidas são elaborados outros documentos e, no caso da Medida de Internamento em Centro Educativo e o Acompanhamento Educativo, o Projeto Educativo Pessoal (PEP). Estão ainda incluídas as audições de técnicos superiores de reinserção social em tribunal no âmbito de esclarecimentos a prestar sobre os documentos elaborados e sobre a execução das medidas.

Em 2011 a DGRS recebeu um total de 5.922 pedidos de assessoria técnica e outros documentos no âmbito tutelar educativo. Por tipo, destacaram-se os relatórios sociais com vista à decisão da medida a aplicar (3.380), com 57% do total de pedidos de assessoria recebidos.

Quadro nº 1

	Relatório Social	Informação Social	Relatório com avaliação pedagógica	Projeto de perícia sobre personalidade e	Projeto Educativo Pessoal (PEP)	Audições	Outros	Total
Pedidos Recebidos	3.380	1.029	482	103	546	261	21	5.922

Fonte: Dados Estatísticos da DGRS a 18 de Maio de 2012

Relativamente a Suspensão do processo: Jovens que, a 31 de dezembro, se encontram com o processo suspenso, mediante a apresentação e cumprimento de um plano de conduta que evidencie que o jovem está disposto a evitarem, no futuro, a prática de factos qualificados na lei como crime, sob acompanhamento da DGRS (art. 84º Lei Tutelar Educativa - LTE).

Reparação ao ofendido: Consiste no exercício de uma atividade em benefício do ofendido, sob acompanhamento da DGRS (art. 11º - LTE).

Realização de prestações económicas a favor da comunidade em que consiste na entrega de determinada quantia em benefício de entidade pública ou privada, de fim não lucrativo, sob acompanhamento da DGRS (art. 12º - LTE).

Execução de tarefas a favor da comunidade: Consiste no exercício de uma atividade em benefício de entidade pública ou privada, de fim não lucrativo, sob acompanhamento da DGRS (art. 12º - LTE).

Imposição de regras de conduta: Tem por objetivo criar ou fortalecer condições para que o comportamento do jovem se adeque às normas e valores jurídicos essenciais da vida em sociedade. Consiste na imposição de determinadas regras de comportamento que o jovem tem que cumprir, sob acompanhamento da DGRS (art. 13º - LTE)

Imposição de obrigações: Consiste na obrigatoriedade de frequência de determinadas atividades ou programas que visem o melhor aproveitamento na escolaridade ou na formação profissional e o fortalecimento de condições psicobiológicas necessárias ao desenvolvimento da personalidade do jovem sob acompanhamento da DGRS (art. 14º - LTE).

Frequência de programas formativos: Consiste na participação em programas formativos como a ocupação de tempos livres, educação sexual, educação rodoviária, programas desportivos, de orientação e despiste profissional, de orientação psicopedagógica, etc. sob acompanhamento da DGRS (art. 15º LTE).

Acompanhamento educativo: Consiste na execução de um projeto educativo pessoal que abranja as áreas fixadas pelo Tribunal na comunidade – sob acompanhamento da DGRS (art. 16º - LTE).

Internamento em centro educativo: A medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável (art. 17º - LTE).

No que diz respeito ao Internamento, em dezembro de 2011, o número total de jovens internados em centro educativo foi de 274. Deste total, 10 jovens encontravam-se em ausência não autorizada, o que correspondeu a 264 jovens efetivamente presentes no centro educativo. O regime semiaberto foi predominante, com 207 jovens (75%).

Quadro nº2 - Capacidade, lotação e números de jovens internados em centro educativo

REGIME a)	Capacidade b)	Lotação c)				Jovens internados em centro educativo d)			
		Aberto	Semi-aberto	Fechado	Total	Aberto	Semi-aberto	Fechado	TOTAL
CE Navarro de Paiva	Fem - 14				12	1	17		18
	Masc - 24		24		24	1	28		29
CE Santa Clara	Fem - 12				12	2	12		14
	Masc - 36				36	9	25		34
CE Padre António Oliveira	22			20	20		5	15	20
CE Bela Vista	58	14	12		26	14	28		42
CE Olivais	44	14	24		38	1	30	7	38
CE Mondego	28		22	6	28	1	24	5	30
CE Madeira	24				24	1	11		12
CE Santo António	33		24	9	33	2	27	8	37
Subtotal Masculino	269	28	106	35	229	29	178	35	242
Subtotal Feminino	26				24	3	29	0	32
TOTAL	295	28	106	35	253	32	207	35	274

Fonte: Dados Estatísticos da DGRS a 18 de Maio de 2012.

Quanto à situação jurídica, em dezembro de 2011, 92% dos jovens encontrava-se em cumprimento de Medida Tutelar de Internamento, 7% em cumprimento de Medida Cautelar de Guarda e apenas 1% em internamento para realização de Perícia sobre Personalidade.

Quadro nº 3 - Jovens internados em centro educativo por situação jurídica

Centro Educativo	Total de Jovens		Interna mento para Perícia a)	Medidas Cautela de Guarda b)	Medida de Interna mento c)
CE Navarro Paiva	4	F			18
	7	M		1	28
CE Santa Clara	4	F	1		13
	8	M	1	2	31

CE António Oliveira	20			2	18
CE Bela Vista	42			4	38
CE Olivais	38			3	35
CE Madeira	12				12
CE Mondego	30			2	28
CE Santo António				4	33
Subtotal Masculino	242	1		18	223
Subtotal Feminino	32	1		0	3
Total	274	2		18	254

Fonte: Dados Estatísticos da Direção Geral da Reinserção Social a 18 de Maio 2012

Comparativamente à caracterização dos jovens, do total de 274 jovens internados em centro educativo em dezembro de 2011, 242 (88%) eram do sexo masculino. Cerca de 77% dos jovens tinham 16 anos ou mais, correspondendo a média de idades nos rapazes a 16,3 anos e nas raparigas a 16,5 anos.

Quadro nº 4 - Jovens internados em centro educativo por sexo e idade

	13 Anos	14Anos	15 Anos	16 Anos	17 Anos	18 Anos	19 Anos	20 Anos	Total
Feminino	0	2	5	6	14	4	1	0	32 (12%)
Masculino	4	12	41	73	66	35	10	1	242

									(88%)
Total	4 (1%)	15 (5%)	46 (15%)	79 (30%)	80 (29%)	39 (14%)	11 (4%)	1 (0%)	274

Fonte: Dados Estatísticos da Direção Geral da Reinserção Social a 18 de Maio 2012

Evidenciaram-se os crimes contra o património (68%) entre os quais os vários tipos de roubo e furto. Seguiram-se os crimes contra as pessoas (31%) dos quais, os vários tipos de ofensa à integridade física e os crimes sexuais.

Quadro nº 5 - Jovens internados em centro educativo por tipo de crime

Crime	Nº Jovens
Total	274
1.Crimes contras pessoas	83(31%)
1.1 1 Homicídio voluntários consumados	2
1.1 5 Outros crimes contra a vida	2
1.2 6 Ofensa à integridade física voluntaria grave	40
1.2 7 Ofensa `integridade física simples	4
1.3 15 Rapto sequestro e tomada de reféns	3
1.4 18 Violação	10
1.4 198 Abuso sexual de crianças adolescentes e menores dependentes	13
1.4 199 Lenocínio e pornografia de menores	1
1.4 20 Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	4
1.5 21 Difamação calunia e injúria	1
2. Crimes contra o Património	183(68%)

2.8 33 Furto em residência com arrombamento escalamento ou chaves falsas	1
2.8 39 Outros furtos	31
2.8 Roubo na via pública (excepto por esticção)	1
2.8 Outros danos	2
2.8 45 Outros roubos	143
2.8 211 Roubo por esticção	1
2.8 212 Roubo em estabelecimento de ensino	1
2.9 56 Extorsão	1
2.10 60 Recetação e auxílio material	2
3 Crimes contra a Identidade Cultural e Integridade pessoal	0
4 Crimes contra a vida em sociedade	1
4.1 469 Contrafação/ falsificação de moeda e passagem de moeda falsa	1
5 Crimes Contra o Estado	0
6 Crimes em Legislação Avulsa	2 (1%)
6.2 7111 Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	2
Dados Omissão	5

Fonte: Fonte: Dados Estatísticos da Direção Geral da Reinserção Social a 18 de Maio 2012

No entanto, Cerca de 46% dos jovens internados em Centro Educativo tinha processos que levaram à colocação em Centro Educativo no Tribunal de Família e Menores de Lisboa e à Comarca da Grande Lisboa Noroeste.

Quadro nº 6- Origem dos jovens internados em centro educativo por tribunal

Tribunal	Nº de Jovens
Total	274

Lisboa	84
Comarca Grande Lisboa Nordeste	42
TFM Loures	31
TFM Cascais	23
TFM Vila Franca de Xira	12
TFM Portimão	9
TFM Porto	10
TFM Faro	8
Comarca Baixo Vouga	8
TFM Barreiro	5
TFM Funchal	4
TFM Setúbal	4
Outros Tribunais	30

Fonte: Fonte: Dados Estatísticos da Direção Geral da Reinserção Social a 18 de Maio 2012

⁴Atualmente, existem alguns Institutos de Reinserção Social e também programas de combate a este problema, neste âmbito destacado o programa ESCOLHAS. Este programa tem como objetivo prioritário a prevenção da criminalidade e a inserção de jovens dos bairros mais vulneráveis dos distritos de Lisboa, Porto, e Setúbal. Segundo “a resolução do conselho de ministros N°4/2001 de 9 de Janeiro, e retificação N°3-E/2001, de 31 de Janeiro: É aprovado o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «ESCOLHAS».

⁴ Tribunal Judicial de Mafra, s.d.

Resolução do conselho de ministros N°4/2001 de 9 de Janeiro, e retificação N°3- E/2001, de 31 de Janeiro: Aprovação do programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado «ESCOLHAS».

Embora já existam alguns programas em vigor para o combate à delinquência juvenil, muitos trabalhos ainda têm que ser feito, nomeadamente no seio da sociedade. Só estudando fatores importantes como a socialização, estados socioeconómico, educação, entre outros fatores.

Também uma maior articulação entre os municípios e o governo, poderá ajudar a criar programas de ocupação de tempos livres para os jovens, e assim contribuir para o atingir de metas e resultados mais animadoras.

1.4 Delinquência

Conceito da delinquência é fruto do desenvolvimento incontroado duma sociedade onde se conjugam forças distintas; isto não quer dizer que a delinquência seja um fenómeno informe (Herpin 1982). É um modo de sobrevivência notável, tendo em conta as condições difíceis nas quais se realiza (Thrasher 1927 cit. in Herpin, 1982).

A noção de delinquência é basicamente jurídica, remetendo para lei e sua transgressão, mas também pode confundir-se com a definição de comportamento anti-social e utiliza o conceito de comportamentos desviantes em vez de delinquência (Agra 1986). Farrington (1998, cit. in Matos e al. 2009) aponta diversos factores associados à delinquência, nomeadamente, o comportamento anti-social da criança; incluindo os comportamentos disruptivos na escola; desonestidade; agressividade; hiperactividade; impulsividade; défice de atenção; conceito que incluem uma diminuta capacidade da satisfação e uma perspectiva de tempo futura reduzida; bem como a baixa inteligência e aquisições escolares pobres.

Portanto entre os fatores de proteção para o envolvimento em comportamentos violentos apontam-se os seguintes:

- ✓ Fatores biológicos e atitude intolerante face a comportamento violentos,
- ✓ Relação próxima e afetiva com família reduz a vulnerabilidade da criança e do adolescente a comportamentos violentos ou vitimação,

- ✓ Disponibilidade e proximidade dos professores, disponibilidade na escola de medico, enfermeiro, psicólogo e apoio social,
- ✓ Elevado envolvimento e participação pró - social na escola e na comunidade envolvente (Idem).

Vários estudos vieram demonstrar que a delinquência é um comportamento que expõe formas de expressão muito diversas, com trajetórias. Neste sentido, a atenção dos investigadores tem procurado captar e definir diferentes trajetórias de evolução da delinquência, baseando – se na análise de parâmetros com frequência, gravidade, idade início e tipos de ofensas praticados pelo individuo (Negreiro, 1999 cit. in Matos e al. 2009).

Assim e de acordo com Debarbieux (2007: 97) “A etiqueta da “violência” é muitas vezes empregue com um objetivo estratégico. No discurso das autoridades públicas, o termo “violência” é frequentemente utilizado como o símbolo por excelência capaz de englobar tudo o que é mau e repreensível. Encontra-se associado ao assassinio, ao homicídio, à tortura e a outros atos censuráveis. As situações conflituosas são o momento de estigmatizar a violência do adversário e de apresentar a ação como forma de legítima defesa”. Assim, o fenómeno da violência surge de seguinte modo relativo:

- ✓ Relativo a uma certa época;
- ✓ A um meio social;
- ✓ A circunstância particular.

Neste contexto, depende dos códigos sociais, jurídicos e políticos, tendo em conta as épocas e os lugares onde ela toma o sentido, porque isso pode até depender do estado de fadiga de um indivíduo a diferentes horas do dia, como por exemplo o nível de barulho numa aula pode ser considerado como um barulho de fundo normal durante o dia e no fim do mesmo dia pode parecer como um “barulho” violento.

Sendo assim, e na perspetiva desse mesmo autor as formas de comportamentos ante sociais são:

- ✓ Violência física ou ameaça relativamente às pessoas (a pancada, os ferimentos, as agressões, brigas);

- ✓ Outras formas de comportamentos delinquentes (o roubo, o vandalismo, o consumo de drogas);
- ✓ Delito ligado ao estudo (sobretudo, faltar as aulas, visitar os cafés e locais de dança, fuga, entre outros) (Idem).

No que concerne às designações, segundo Negreiros (2001 cit. in Quintela, 2004:7), os “conceitos como crime, delinquência, ou perturbação do comportamento incluem – se entre as designações mais utilizadas”; este autor acaba por admitir que o termo “comportamento anti- social é o mais abrangente, referindo – se a uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas”.

Benavente (1999 cit. in Quintela, 2004), por sua vez, refere que a “ terminologia utilizada, enquanto designação diagnóstica, tem evoluído. Os termos psicopatia, comportamento anti – social e perturbações de conduta são utilizados para designar (o que atualmente se considera por perturbações de comportamento) ”.

1.4.1 Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil traduz-se na violação da lei ou na realização de atos considerados inadmissíveis para criança ou adolescentes. Neste caso, estes atos envolvem a destruição ou roubo de propriedade, a prática de crimes violentos contra pessoas, posse ou venda de álcool ou drogas, posse ilegal de armas, e ainda comportamentos que apenas são considerados como desviantes para os indivíduos que não atingiram a maioridade, como é o caso da vadiagem ou fuga de casa (Kell & al. 1997, cit. in Matos e al. 2009: 39).

Matos e al. (2009: 40), consideram que muitos comportamentos anti-sociais da criança, alguns deles refletem a influência de variáveis sociodemográficas tais como o estatuto socioeconómico da família, o número de irmãos, o absentismo ou criminalidade dos pais ou outras características disfuncionais da família que podem afetar o comportamento das crianças. Estes autores, referem ainda que a “influência de pares (ou

modelo de facilitação social) que considera os amigos como causa e sugere que uma ineficácia parental poderá conduzir à associação com amigos desviantes o que, por seu lado, leva à delinquência” (Idem).

Para Soares (2001:96), a delinquência infantil enquanto fenómeno visibilidade social, apareceu somente por volta do século XIX. E ao longo da sua história podemos apontar essencialmente dois modelos de enquadramento deste fenómeno: o Modelo penitenciário e o Modelo de Proteção.

O modelo penitenciário, característico da primeira metade do século XIX, ao qual estava subjacente uma dimensão da criança como culpada, e uma conceptualização como adulto em miniatura. E o modelo de proteção, que vigorou a partir da segunda metade do século XIX, a qual estava subjacente uma dimensão como vítima.

A delinquência juvenil constitui uma preocupação crescente das sociedades contemporâneas. Trata – se de um fenómeno complexo, com visibilidade e impacte crescentes, mas que, em contrapartida, assume contornos difusos e é marcado por um leque diversificado de causas (2003).

Na perspetiva de (Sprinthall e Collins 2003), ao longo da história, a delinquência juvenil tem sido quase um sinonimo de adolescência. Referiram que muitas vezes, para os adultos do senso comum, qualquer acto realizado por adolescente – exceto talvez a obediência servil – deveria ser visto como um indício de delinquência.

MacIver (1960 cit. in Sprinthall e Collins 2003: 457), destacou “ na mente popular, a delinquência juvenil é conotada, com mais frequência, com um bando de assassinos ou com um astuto ladrão do que com uma criança que é delinquente ou desobediente aos pais”. Desta forma semelhante, Kvaraceus (1966 cit.1966 in Sprinthall & Collins 2003) assegurou que o termo é um rótulo não técnico, cujo significado é tão impreciso que abrange tudo o que está debaixo do sol.

Neste sentido, a fase da adolescência é o paradigma e expressão mais evidente de uma posição existencial dominada pela desviança oculto. Este estado de desviança geral procura realizar-se e manifestar-se sob as aparências de vários tipos de comportamento

desviante específico: vadiagem, experiências sexuais, consumo de drogas, indisciplina, conflitos familiares, absentismo escolar, roubos, furtos (Agra, 1998:75).

O psicólogo Kurt Lewin (1951 cit. in Collins e Sprinthall 2003), descreveu adolescentes como série “ marginais”. Uma vez que eles não pertencem, manifestamente, nem ao grupo social das crianças nem ao dos adultos, o autor considerava que eram confrontados com expectativas ambíguas, e com direitos e privilégios pouco claros. Neste caso, esta marginalidade, tal como a descontinuidade relativa ao processo de transição da infância para a adolescência, contribuíam para o aparecimento de dificuldades agitação e tensão – nas experiências dos adolescentes.

Segundo Kuhn e Agra (2010:29), a criminalidade é a transgressão das normas de carácter penal vigentes em determinado sistema. Trata-se de um comportamento contrário às normas criminais de uma dada sociedade.

Na perspectiva de Mato e al. (2009), a violência juvenil é um dos mais graves problemas de violência em geral, visto que estão associados a uma diversidade de consequências negativas. O autor ainda defende que os comportamentos violentos praticados pelos jovens podem assumir modalidades de expressão muito diversificadas e heterogenias.

Tendo em conta a delinquência juvenil, (Soares 2001), distinguem dois tipos de delinquência: - A *delinquência não significativa ou benigna*, que está estritamente ligada ao fenómeno da socialização, às dificuldades advindas de tal processo e acarretam muitas vezes reações e comportamentos dos jovens em nada congruentes com a norma social vigente.

- A *delinquência distintiva ou caracterizada* é adotada em situações de delinquência persistente e grave acompanhada por comportamentos anti – sociais extremamente marcados dos jovens.

1.5 Estratégias de Intervenção na Reeducação dos Jovens

A redefinição dos mecanismos legais, na sequência da Lei Tutelar Educativa, Lei nº169/99, de 14 de Setembro, obrigou a repensar a delinquência juvenil tendo em conta os modelos de intervenção do fenómeno, sob o ponto de vista do contexto, é importante a compreensão do fenómeno, sob o ponto de vista do jovem, para uma melhor definição de estratégias eficazes com vista à mudança de comportamento e à intervenção em trajetórias descritas como desviantes.

A aprovação da Lei nº166/99 de 14 de Setembro, Lei Tutelar Educativa tem aplicação aos menores com idade compreendida entre 12 e aos 16 anos que tenham praticado facto qualificado como crime. Está consignado como a medida mais gravosa – o internamento em centro educativo artigo 4º (princípio da legalidade). Pela presente lei é a medida que se aplica segundo os seguintes regimes: Regime Aberto; Semiaberto e Regime fechado.

⁵De acordo com Decreto-lei nº 323-D/2000 de 20 de Dezembro, o Regulamento Geral dos Centros Educativos, optou-se por juntar num só regulamento as matérias relativas à organização, competência e funcionamento dos centros educativos e as relativas à regulamentação dos regimes disciplinares. Neste sentido, destaca-se a vertente educativa da intervenção, caracterizada como processo faseado e progressivo, no qual o regime disciplinar deve funcionar como instrumento de último recurso para corrigir os comportamentos relativamente aos quais as atuações pedagógicas não se revelem suficientes.

Neste caso, a intervenção socioeducativa varia, como toda a intervenção social, entre a subordinação aos princípios que decorrem da atenção ao indivíduo e a obediência aos imperativos exigidos pela vida em sociedade. Os educadores sociais terão então, de estar preparados para gerir um equilíbrio, inevitavelmente instável, entre a esfera pessoal, desejavelmente privada, e a esfera coletiva, tendencialmente pública. Cabe - lhes construir pontes de mediação institucional favorecedora de uma ação social

⁵ Nº 292-20 Dezembro de 2000 Diário da República -I Serie-A, Regulamento Geral Disciplinar

concertada, segundo uma lógica de parceria que valorize diferentes autoridades profissionais e evite a dispersão de energias e de meios (Carvalho e Baptista; 2004:93).

De acordo com Matos e al. (2009: 47), essa intervenção deverá ser global e baseada no conhecimento mais aprofundado, focada no insucesso e abandono escolar, na motivação e expectativas dos alunos e professores, promovendo competências sociais e pessoais para prevenção de comportamentos agressivos.

Sprinthall e Collins (2003), defendem a estratégia mais tradicional para o tratamento da delinquência tal como é diversamente designada, o centro de detenção, as instituições de correção, o reformatório ou, de uma forma mais bizarra, a casa para rapazes e raparigas intratáveis.

Para Nogueira (2004), uma possível intervenção com delinquentes diz respeito ao aconselhamento e ao “*case Work*”. Pimentel (2001:160, cit. in Nogueira, 2004) defende que existem várias formas de aconselhamento que são realizadas com delinquentes em meio penitenciário ou em “*probation*”, com orientação psicodinâmica, humanista ou cognitivo - comportamental.

Relativamente ao aconselhamento desenvolveu-se como uma especialidade distinta, posteriormente orientada para modelos humanistas. Shore e Massimo (1976: 160 cit. in Nogueira 2004), descreveram uma experiência realizada com indivíduos com história anti-social, dando relevo ao presente crescimento pessoal, através de exercícios de escolha e responsabilidade pessoal, controlo da agressão em testes psicológicos (Idem).

Neste domínio, a ONU (1999:80), sublinha que os profissionais deverão encarar a criança como um ser com direitos intrínsecos que importa salvaguardar”. E que a intervenção na área de Serviço Social não devem estar apenas limitados ao modelo “a criança na família” e os tradicionais padrões desviantes. Os técnicos deverão ter oportunidade de desempenhar a sua atividade em parceria com os jovens e ajudá-los a criar as suas próprias organizações.

Na perspetiva de Gomes e al. (2004), a prevenção da delinquência “ tem de ser baseada no conhecimento dos problemas criminais, dos fatores de risco e de proteção e das medidas preventivas dos primeiros e de suporte dos segundos”. As intervenções

sobre esta questão devem ser multidisciplinares e desenvolvidas a nível local, embora com apoio nacional, integrada num contexto Europeu.

A prevenção da delinquência exige, assim, a definição de políticas que tentem compreender o contexto sócio – económico do menor, os seus saberes formal e informalmente adquiridos, num processo de desenvolvimento pessoal e social. Nesta articulação tem necessariamente, de surgir mecanismos que envolvam a esfera pública e privada, o estado e a comunidade (Hollstein, 1991 cit. in Gomes e al. 2004:39).

Ainda de acordo com os autores acima referido, a prevenção, sendo uma responsabilidade do estado e da sociedade, implica que outras instituições, como a Segurança Social, autarquias, serviços de saúde, serviços de educação outras entidades da sociedade civil, participem no combate à delinquência juvenil sobretudo numa fase mais a montante, oferecendo ao jovem respostas escolares, de formação pessoal, profissional, de ocupação de tempos livres, entre outras, isto é atuando também no seu contexto sócio – económico de origem (Idem).

Sarri (1980 cit. in Sprinthall e Collins 2003), descreve em linhas gerais três iniciativas que visam a prevenção da delinquência tais como: a manutenção do rendimento familiar; o direito à educação; e a criação de posto de trabalho e empregos para jovens. Neste sentido, o autor baseou no conhecimento de que a delinquência está frequentemente, associada à pobreza, à insuficiência de oportunidades educacionais e ao elevado índice de desemprego (Idem).

Soares (2001), citou que no plano internacional, foram desenvolvidas uma série de iniciativas que contribuíram para definir parâmetros e linhas de orientação relativamente à intervenção tais como:

- ✓ As Regras de Beijing, que tendo sido adotadas em 1985, definem um conjunto de regras mínimas de administração da justiça de menores, das Nações Unidas, baseando – se em pressupostos que valorizam uma dupla intervenção junto dos menores. Uma primeira intervenção junto dos menores que apesar de ainda não terem cometido qualquer infração, sejam já alvo de medidas de proteção social

ou de vigilância educativa; uma segunda intervenção, junto de menores que tenham já ingressado nas redes e teias da delinquência.

- ✓ Os princípios de Riade, adotados em 1990 contem um conjunto de medidas de políticas sociais destinadas a colmatar determinados fatores favorecedores de situações de delinquência juvenil. Neste caso, estes princípios definem dois níveis de prevenção:

Num primeiro nível, definem um conjunto de estratégias de prevenção primária, que englobam políticas de saúde, de família, educação e trabalho, bem como desenvolvimento da comunidade; Num segundo nível, definem um conjunto de estratégias de prevenção secundária, que englobam políticas de ação social e de justiça para os menores (Idem).

De ressaltar, “Os trabalhos de Serviço Social deverão ter oportunidade de desempenhar a sua atividade em parceria com os jovens e de ajudar os jovens a criar as suas próprias organizações. As escolas de Serviço Social devem preparar os futuros profissionais para que estes não se limitem ao modelo “a criança na família” e os tradicionais padrões desviantes, encarando a criança como um ser com direitos intrínsecos que importa salvaguardar” (ONU, 1999: 80).

Pinto e Sarmiento (1999:78), destacaram também dois tipos de intervenção: a formal e a informal, que procuram responderem a possíveis expressões de desajustamento ou risco de estigmatização ou marginalização. Neste sentido, os autores ainda referem – se também as situações onde se tem verificado desenvolvimentos legislativos de interesse, dos quais se podem destacar: a criação das Comissões de Proteção de Menores; a resolução da Assembleia da República sobre as medidas da criança em risco; a criação do Projeto de Apoio à Criança; o Decreto – Lei que reformulou o “Acolhimento Familiar”; a criação de Tribunais especializados em matéria de Família e Menores; a aprovação de um novo regime jurídico de Adoção

1.5.1 A Instituição de Acolhimento/ Modelo Socioeducativo Crianças e Jovens

Na perspectiva de Delgado (2006:80), as instituições ou centros de acolhimento de crianças e jovens tem por finalidade educar o menor e assegurar o seu desenvolvimento integral, substituindo a sua família ou responsáveis pelo poder paternal quando estes não podem cumprir a sua finalidade educativa. Com efeito, a colocação de um menor em virtude da ação ou omissão de terceiros ou do seu próprio comportamento, em situação de desvio ou de conflito social requer a garantia do bem-estar do menor em causa. Esse autor refere ainda que nos casos de delinquência, o internamento serve simultaneamente para proteger os bens e as pessoas dos danos que aqueles possam causar.

O acolhimento institucional de crianças e jovens implica a assunção, por parte das instituições, das responsabilidades educativas ao nível jurídico, moral, social e escolar, atribuídas geralmente aos progenitores biológicos. Estas responsabilidades implicam a substituição temporária das famílias de origem. Deste modo, incluem o suporte das crianças e jovens no seu desenvolvimento físico, através da prestação de cuidados de alimentação e de saúde, bem como no desenvolvimento psicológico, promovendo o seu equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afetivo. Estes cuidados deverão ser prestados de acordo com a idade da criança/ jovem, o seu sexo, as suas origens sociais, os seus percursos de vida e características individuais de personalidade (Alves, 2007:66).

Assim, a institucionalização é o processo através do qual se concede a algo o estatuto de instituição, o que pressupõe a aplicação de um conjunto de normas de comportamento que orienta uma atividade social considerada importante, adquirindo assim um regulamento jurídico-formal.

Segundo Goffman (1961:11), no âmbito da institucionalização, surge ainda o conceito de instituições totais, que é definido como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

De igual modo, o mesmo autor afirma que estas instituições têm aspetos centrais, tais como facto de o dia-a-dia do indivíduo ser efetuado no mesmo local e sob uma única autoridade, em que as atividades diárias do mesmo são efetuadas em grupo, com regras formais, tais como os horários e tempos pré-determinados por superiores e as atividades ditas obrigatórias são conjuntas. Deste modo, por existirem atividades em grupo tem que haver uma vigilância por parte de um funcionário, para que todos façam o que é indicado como é exigido e assim se consiga ver quem não cumpre com as indicações (Goffman, 1961:17-18).

De acordo com o artigo 49º da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, a institucionalização é a “colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionam condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

Parte II

Problemática, Questão de Investigação e Objetivos

2 Problemática

O nosso estudo centra-se sobre os modelos de intervenção em jovens infratores das regras sociais que, devido à sua idade, não podem ser presos mas reeducados. Neste sentido, propusemos realizar a nossa análise num dos centros educativos que fazem parte dos serviços de Direção Geral de Reinserção Social.

Neste âmbito, queremos aprofundar o nosso conhecimento referente a essa problemática baseada em abordagens teóricas produzidas sobre as teorias de criminalidade juvenil ou seja, sobre jovens em conflito com a lei. A nossa preocupação centrou – se sobre o estatuto de criança/ adolescente e sobre as leis de proteção para crianças e adolescentes, os processos de socialização do comportamento desviante dos Jovens, Estratégias de Intervenção na Reeducação dos Jovens, saber em que consiste a motivação para a mudança dos comportamentos desviantes dos jovens, as Modalidades de Reinserção Social em Portugal, bem como conhecer uma Instituição de Acolhimento/ Modelo Socioeducativo Crianças e Jovens que tem por missão a educação dos jovens para o direito.

Todo o enquadramento teórico deste trabalho foi sendo construído progressivamente, a partir de um conjunto de leituras pertinentes que nos forneceram diferentes perspetivas.

2.1 Questão de partida

De que forma o Centro Educativo Padre António de Oliveira, que é um Centro de Recuperação da Direção Geral de Reinserção Social, prepara os jovens para entrarem de novo na sociedade?

2.2 Objetivos de Estudo

Objetivo geral:

- ✓ Conhecer a estratégia de intervenção adotada pelo Centro Educativo Padre António de Oliveira na recuperação de jovens delinquentes aí internados.

Objetivos específicos:

- ✓ Estudar o Regulamento interno e o Projeto Educativo do Centro;
- ✓ Conhecer a organização do dia-a-dia no Centro;
- ✓ Conhecer a opinião de uma responsável pelo Centro de modo a dar sentido ao que se faz no Centro.

PARTE III

Metodologia

3 Metodologia

3.1 Tipo de estudo

Tendo em conta os objetivos do nosso estudo optamos por uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, uma vez que é o modelo de pesquisa que tenta compreender um problema na perspetiva dos sujeitos que o vivenciam. A pesquisa desta natureza permite maior abertura para a reformulação do problema, permite ainda recolher informação sobre as temáticas em análise e cria condições favoráveis para a sua discussão no quadro das trajetórias desenvolvidas pelos jovens (Guerra, 2006).

A escolha de metodologia qualitativa permite-nos especificidades determinadas, com implicações importantes ao nível da prática de investigação. Por um lado, favorece o desenvolvimento de um exercício de recolha de dados intensivo e profundo, mas restringe a amplitude do campo de análise uma vez que pressupõe uma observação e recolha de dados muito focada e multiplicada por uma pluralidade de contactos com um terreno não controlável *a priori* pelo investigador. Por outro lado, reclama a necessidade de uma recolha de dados presencial e uma observação direta das interações em estudo, o que pressupõe uma disponibilidade elevada por parte dos investigadores para desenvolverem um envolvimento permanente com o terreno que estudam (Rosales & al. 2009).

A pesquisa qualitativa é muito relevante porque procura entender o contexto onde um fenómeno ocorreu e assim conseguir um entendimento mais aprofundado do estudo nomeadamente através das entrevistas e das observações. Salienta-se ainda que o sucesso de uma pesquisa depende do procedimento seguido do envolvimento com a pesquisa e da habilidade em escolher o caminho para atingir os objetivos (Lúcia e Muszkat, 2001). De acordo com as mesmas autoras, a metodologia qualitativa privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Logo, a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de metodologia qualitativa, não requer o uso de

métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte para coleta de dados e o investigador é o instrumento-chave. Numa pesquisa descritiva os investigadores tendem a analisar seus dados indutivamente (Idem).

No que respeita aos princípios do nosso estudo, a nossa investigação rege-se pela necessidade de criar empatia, no qual o investigador interage com a população-alvo de forma natural e discreta, misturando-se com eles para observar sem intervenção no projeto pesquisado. A abordagem qualitativa parte, do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo constituído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus dados significados (Moreira 2007).

3.2 Caracterização do Centro Educativo Padre António de Oliveira (CEPAO) Caxias

O Centro Educativo Padre António de Oliveira é um centro de recuperação de menores que praticam atos qualificados pela lei como crimes ou como desviantes às normas sociais em regime fechado.

Trata-se de um Centro Educativo muito antigo com várias preocupações nomeadamente a problemática da delinquência juvenil da Direção Geral de Reinserção Social, do Ministério da Justiça. A instituição tem por encargo executar o internamento de jovens delinquentes, reeducando-os para o direito, em conformidade com a Lei Tutelar Educativa (LTE), que enquadra o processo de ressocialização dos jovens infratores.

O Centro educativo Padre António de Oliveira (CEPAO), fica localizado junto à Estrada nacional 250, no lado nascente da mesma, ao km 8, na freguesia de Caxias, Concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.

⁶O centro educativo é constituído por duas Unidades Residenciais em regime fechado, com lotação de 12 camas por cada unidade, perfazendo um total de 24. As

⁶ PIE-CEPAO

unidades residenciais estão organizadas em unidade destinada ao acolhimento no 1º andar e à progressão no r/c, de acordo com o sistema de faseamento e progressividade estabelecido pelo regulamento.

O Centro está estruturalmente organizado com os seguintes órgãos: diretor; coordenadores: equipa técnica; equipa de programas. Tem como principal missão proporcionar aos jovens sujeitos a medida tutelar de internamento, a aquisição de conhecimentos, competências e valores sociais com vista ao sucesso da sua reinserção social profissional.

Acolhe jovens do género masculino em regime fechado, na sequencia da aplicação das medidas e execução de demais decisões previstas no artigo 145º da Lei Tutelar Educativa (LTE) aprovada pela Lei nº 166/99, de 14 de Setembro, designadamente, para a execução da medida tutelar de internamento, execução da medida cautelar de guarda, internamento para realização de perícia sobre a personalidade e cumprimento de detenção pelos tribunais.

3.3 Sujeitos

Selecionamos como interlocutora principal a responsável pela coordenação pedagógica do Centro Educativo Padre António de Oliveira localizado em Caxias (Lisboa). Tratava-se de uma pessoa que Coordena o Centro, capaz de fornecer todos os dados e clarificar todas as dúvidas resultantes de outras fontes, conferindo significação aos dados recolhidos.

3.4 Instrumentos

Para cumprirmos os objetivos que pretendemos recorreremos fundamentalmente a três instrumentos: análise documental; observação; entrevista.

Para análise documental escolhemos dois documentos fundamentais no funcionamento do centro: O Regulamento Interno (RI) documento que abarca todo o funcionamento da instituição em termos de organização, regras de funcionamento geral, horários de funcionamento, a responsabilidade de vários atores, o modo do funcionamento das unidades residenciais, a organização das atividades formativas e

recreativas, as medidas disciplinares entre outras mais específicas; o Projeto de Intervenção Educativa (PIE), enquanto instrumento fundamental de intervenção Educativa, assenta em quatro princípios chave: a responsabilização do jovem; o internamento como oportunidade de mudança; o modelo sistémico; e a relação como motor de mudança. Aborda as componentes de formação escolar e de formação profissional, as relações entre os vários atores, os seus papéis e as suas funções, os procedimentos a ter em conta em diversas circunstâncias.

Recorremos também à observação como atitude permanente, adotando, por vezes, intenção explícita de observar e registar, outras de entender e compreender os significados de informações que ia colhendo em outras fontes.

Entrevista que consiste num método de diálogo amplamente abrangente entre duas ou mais pessoas, ou seja, é um encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados, implicando a presença de um profissional e de um leigo (Roger, cit. in Costa e al.2004/05).

Para Morgan (1988 cit. in Costa e al. 2004/05), a entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra.

A preparação da entrevista implica um conjunto de atividades para além da preparação de um roteiro rigoroso apoiado no quadro teórico: o contacto prévio com a pessoa a entrevistar, saber da sua vontade e disponibilidade para realizar a entrevista, referindo o tema a tratar e da possibilidade da entrevista ser gravada para posteriormente se puder trabalhar os dados recolhidos.

A entrevista foi gravada em sistema áudio, com o pleno consentimento da entrevistada, no Centro Educativo Padre António de Oliveira, numa sala reservada só à investigadora e entrevistadanda no dia 12 Fevereiro 2013 pelas 10h de manhã e demorou cerca 1.45h (uma hora e quarenta e cinco minutos), A entrevista foi transcrita, obedecendo fielmente e reproduzindo na íntegra as palavras da entrevistada. Depois de

elaborados os protocolos, procedeu -se ao agrupamento em categorias e a partir destes elementos elaborámos o quadro de categorias e subcategorias, ou seja, preparamos para a análise e tratamento dos dados através da técnica de análise de conteúdo.

A conversação, praticada ou presenciada, em situações habituais da vida quotidiana, pressupõe um ponto de referência constante e é quiçá, a melhor prática preparatória de realização de entrevistas, com as quais tem muitas semelhanças e dissemelhanças, como muito bem observa Erlandson (1993 cit. in Moreira, 2007).

As entrevistas adotam, maioria das vezes, a forma de um diálogo ou uma interação. Permitem ao investigador e ao entrevistado mover-se no tempo em análise. As entrevistas podem adotar uma variedade de formas guiada por um conjunto de perguntas e questões básicas a explorar, mas em que nem a redação exata nem a ordem das perguntas está pré- determinada (Moreira, 2007).

Quivy (2003;71) afirma que “as entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras. Uma e outras são complementares e enriquecem mutuamente. As leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento”.

Segundo o autor supracitado, “as leituras exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras ” (Idem:71). Por esta razão (Quivy, 2003) ressalta que a entrevista tem que decorrer de forma aberta e flexível. Denzin (1997 cit. in Moreira, 2007), realça o carácter de um encontro da entrevista e que se compõe de três elementos básicos (as pessoas, a situação e as regras de interação) e estão sujeitos a três tipos de regras (cívicos - legais, cerimoniais e relacionais).

Para Theodor Caplow (1972 cit. in Moreira, 2007), em benefício do bom funcionamento da entrevista, o entrevistado deveria considerá-la como uma boa conversa, sem que se desse conta da estrutura e sequencia das perguntas. Isto não obstante as diferenças entre uma e outra, sobretudo, o facto de na entrevista a

participação do entrevistador e a da entrevistada gerarem “ expectativas explícitas” ou seja um falar e outro escutar.

O autor supracitado define a entrevista qualitativa como uma conversa provocada explicitamente pelo entrevistado; dirigida a pessoas selecionadas com base num plano; com uma finalidade de tipo cognoscitivo; guiada pelo entrevistador; assente num esquema flexível de interrogação.

Para Costa e al. (2004/05), a entrevista apresenta algumas características tais como: requer pessoal especializado; possibilita diversidade relativamente às questões e respostas; maior eficácia de resposta; interação direta; reformulação constante; papel ativo do entrevistador; oportunidade para aprofundar bem como recolha de informação oral; evitar fazer perguntas que influenciem as respostas; fazer pergunta não com intuito de desafiar, mas sim de clarificar; o entrevistador tem que ser imparcial; não fazer comentários; o seu papel enquanto investigador, não consiste em modificar pontos de vista, mas antes em compreender os pontos de vista dos sujeitos e as razões que os levam a assumi-los.

Segundo Quivy (2003;70), “as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas, trata-se portanto, de abrir o espírito, de ouvir, e não de fazer perguntas precisas, de descobrir novas maneiras de colocar o problema, e não de testar a validade dos nossos esquemas”.

Quadro nº 9 - Roteiro de Entrevista

• Tema	Objetivos	Questão
A – Horários/ Atividades	Verificar como está organizado o dia dos jovens internos	1 – Como é o dia dos alunos? A que horas acordam? A que horas se deitam?

		2- Que fazem entre o primeiro e o último momento? 3-Que estrutura tem a organização das atividades ao longo do dia? 4- Tem aulas equivalentes ao Ensino Básico e Secundário? 5- Tem oficinas especiais?
B – Responsáveis	Quem os acompanha ao longo do dia.	1- De manhã? 2- Nas atividades ao longo da manhã? 3- Nos intervalos? 4- Nas atividades ao longo da tarde? 5- Nas aulas?
C – Outras Atividades	Verificar quais são atividade tipicamente educativas	1-O Projeto mostra-se preocupado com a reintegração? 2-Que programas

		específicos têm com esse objetivo? 3-Quem os ministra? 4-A formação pessoal e social segue algum programa gradual?
• D – Programas Individuais	Ver quais são os programas educativos para jovens em processo de ressocialização no que respeita a recuperação.	1- Existem planos educativos de natureza pessoal (PEP) 2- Quem toma conta desse plano? Há alguma pessoa responsável por eles?
E – Visita	Verificar se os jovens visitam a família indo para fora ou se recebem a família no Centro.	1- Os alunos enquanto estão internados têm possibilidade de contactar a família? 2- Como o fazem? Vão até as famílias ou as famílias são autorizadas a visitá-los no Centro?

		3- Tem sido benéfico o contacto com o exterior? É necessário estar atento a algum perigo?
F-Indisciplina	Verificar como resolvem casos de indisciplina.	1- Existe algum regulamento interno que os alunos conheçam? 2- Como é dado a conhecer? 3- São cumpridores das regras estipuladas? 4- Que antídoto para os não cumpridores? 5- Tem-se revelado difícil a manutenção da ordem?

G- Avaliação	Verificar como é feita avaliação desses jovens.	1- O aluno é constantemente avaliado? 2- É função de uma pessoa só ou é feita em grupo? 3- Que consequências dessa avaliação. 4- O bom comportamento do aluno pode interferir na redução da pena? 5- Pode acontecer o contrário? Em que circunstâncias? 6- Tem havido reincidências quando voltam à vida social normal? 7- Que procedimentos nesse caso? 8- O Centro tem tido sucessos na reintegração desses alunos? 9- Qual explicação para o sucesso ou o
---------------------	---	---

		insucesso?
--	--	------------

3.5 Procedimentos

O procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo (Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, 2008). Este processo é o mesmo que descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação.

Este distingue três atos epistemológicos: a rutura com as «evidências» do senso comum que possam estabelecer obstáculo ao processo de produção de conhecimento científico; a construção do objeto e de teorias explicativas; e a verificação da validade das teorias por comparação com os dados empíricos. É este processo que se procurou seguir percorrendo as etapas de procedimento de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt.

A metodologia utilizada partiu do questionamento inicial sobre De que forma o Centro Educativo Padre António de Oliveira, que é um Centro de Recuperação da Direção Geral de Reinserção Social, prepara os jovens para entrarem de novo na sociedade?

Após o questionamento inicial, procedeu-se a uma atividade exploratória de natureza bibliográfica. A problemática esboçada permitirá a construção do quadro teórico que irá aperfeiçoar as questões iniciais, precisando-a e adaptando-a a esse quadro.

Foi necessária uma autorização especial do Diretor Geral de Reinserção Social, para se poder entrar no Centro Educativo Padre António de Oliveira. Uma vez dada contactamos o Diretor do Centro que concedeu todas as facilidades para a realização do

estudo e orientou-nos para a Coordenadora do Centro. Contactada a Coordenadora demos conhecimento do projeto que tínhamos entre mãos e o plano de trabalho. Foi-nos facilitado o acesso aos documentos reguladores do Centro, as visitas para observação e a concordância para ser entrevistada.

O processo decorreu como planeado e a entrevista foi agendada previamente com a entrevistada e esta foi registada num gravador áudio após a autorização da entrevistada e ocorreu na instituição de acolhimento, com duração aproximadamente de uma hora e quarenta e cinco minutos e foi, posteriormente, transcrita integralmente para posterior leitura e releitura das opiniões da entrevistada.

Parte IV

Discussão de Resultados e Conclusão

4 Análise dos dados e discussão dos resultados

Optou-se, desde o início, na análise dos dados, recorrer a uma metodologia qualitativa, descritiva, porque adotamos um tipo de pesquisa que tenta compreender um problema na perspetiva dos sujeitos que o vivenciam (Guerra, 2006). A pesquisa qualitativa é muito útil porque procura entender o contexto onde um fenómeno ocorre e assim conseguir um entendimento mais aprofundado do estudo nomeadamente através da análise documental, da entrevista e das observações.

De acordo com os objetivos deste estudo recorreremos a 4 fontes: o Projeto de Intervenção Educativa (PIE), do Centro Educativa Padre Oliveira, o Regulamento Interno, a observação direta e a entrevista. Apresentaremos a seguir os dados que retiramos de cada uma dessas fontes.

4.1 Projeto de Intervenção Educativa (PIE), do Centro Educativa Padre Oliveira

O Centro Educativo Padre António de Oliveira é um centro de recuperação em regime fechado. Fica localizado junto à Estrada nacional 250, no lado nascente da mesma, ao km 8, na freguesia de Caxias, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.

⁷O centro educativo é constituído por duas Unidades Residenciais em Regime Fechado, com uma lotação para cada unidade de 12 camas, num total de 24. As unidades Residenciais estão organizadas em unidade destinada ao Acolhimento no 1º andar e à Progressão no R/C, de acordo com o sistema de faseamento e progressividade estabelecido pelo regulamento.

O Centro está estruturalmente organizado com os seguintes órgãos: Diretor; Coordenadores: Equipa técnica; Equipa de Programas. Tem como missão proporcionar aos jovens sujeitos a medida tutelar de internamento, a aquisição de conhecimentos,

⁷ PIE-CEPAO

competências e valores sociais com vista ao sucesso da sua reinserção social profissional.

Acolhe jovens do género masculino em regime fechado, na sequencia da aplicação pelos tribunais das medidas e execução de demais decisões previstas no artigo 145º da Lei Tutelar Educativa (LTE) aprovada pela Lei nº 166/99, de 14 de Setembro, designadamente, para a execução da medida tutelar de internamento, execução da medida cautelar de guarda, internamento para realização de perícia sobre a personalidade e cumprimento de detenção.

Rege-se por um Projeto de Intervenção Educativa que aborda as componentes de formação escolar e de formação profissional bem como os tratamentos terapêuticos necessários à correção dos comportamentos delinquentes e ainda todos os componentes lúdico-pedagógicos necessários ao desenvolvimento de uma personalidade ainda em formação. Enquanto instrumento fundamental de intervenção Educativa assenta em quatro princípios chave: a responsabilização do jovem; o internamento como oportunidade de mudança; o modelo sistémico; e a relação como motor de mudança.

Encontra-se organizado por sistema de faseamento e progressividade em regime fechado conforme documenta o Quadro 10.

Quadro nº 10

Designação e unidade	Objetivos	Critérios de mudança
Fase1 Integração (Unidade de Acolhimento)	4. Reconhecer que os factos que determinam a aplicação da medida constituem um problema para o próprio. 5. Compreender os motivos do internamento. 6. Participar na elaboração	9. Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração disciplinar grave ou muito grave.

	do PEP. 7. Conhecer as principais regras de funcionamento de CE e cumpri-las, ainda que com ajuda. 8. Adquirir e exercitar hábitos de limpeza e organização do espaço pessoal (quarto, unidade).	
Fase 2 Aquisição (Unidade de Acolhimento)	• Compreender as motivações para a prática dos factos. • Adquirir competências pessoais e de relacionamento interpessoal em função dos contextos. • Adquirir hábitos de trabalho (investimentos nas atividades). • Ser autónomo relativamente a hábitos de limpeza e organização do espaço pessoal.	• Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração disciplinar grave ou muito grave na última metade da fase 2
Fase 3 Consolidação (Unidade de Progressão)	• Consolidar as aquisições anteriormente efetuadas. • Identificar e reconhecer valores que inibam ou evitem a prática de	• Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração disciplinar

	factos ilícitos. • Apresentar sentido de responsabilidade e adequação nas saídas/atividades na comunidade. • Apresentar hábitos de trabalho. • Apresentar indicadores de adesão a um Projeto de mudança corporizado no PEP.	grave ou muito grave na ultima metade da fase 3
Fase 4 Autonomia (Unidade de Progressão)	• Manutenção das aquisições anteriormente efetuadas. • Aprender a estruturar o quotidiano revelando autonomia e responsabilidade. • Identificar e usar estratégias que previnam a reincidência, nomeadamente no que respeita a fatores / situações de risco. • Consolidar hábitos de trabalho. • Constituir-se em referência para jovens que cumprem a fase 3.	• Ter atingido os objetivos desta fase; • Não ter participações de ocorrência.

Fonte: PIE-CEPAO

4.2 O Regulamento Interno do Centro Educativo Padre António de Oliveira

O Regulamento Interno (RI), é o documento que organiza todo o funcionamento da instituição, bem como a prevenção, segurança e manutenção das instalações, os horários de funcionamento, receção e acolhimento no Centro Educativo, regras de funcionamento geral, relações dos jovens com a comunidade exterior, funcionamentos das diferentes unidades residenciais, funcionamento das diferentes áreas formativas e de outros programas específicos e, por último, procedimentos a observar na aplicação das medidas de contenção e na execução de medidas disciplinares.

A leitura do Regulamento Interno do Centro Educativo Padre António de Oliveira, permite-nos constatar que para além de viver um regime fechado é uma comunidade onde os jovens são educados e frequentam atividades formativas, socioeducativas, com programas específicos de tempos livres dentro do centro com o intuito de ajudar os jovens a desenvolver competências e hábitos de trabalho e sobretudo preparar para a sua integração na sociedade.

Os pais, representantes legais ou quem detenha a guarda de facto e os jovens são informados sobre o funcionamento do Regulamento Interno e do Projeto de Intervenção Educativa com enfoque nos direitos e deveres de ambos.

Cabe aos Técnicos Profissionais de Reinserção Social acolher e avaliar o estado geral do jovem, em termos de saúde e nutrição sobretudo, avaliar a existência de sinais de maus tratos ou ferimentos, bem como, ao nível da higiene no momento da entrada e ao longo da sua permanência no Centro.

No que respeito a avaliação, é igualmente da competência dos Técnicos Profissionais de Reinserção Social efetuar participações de ocorrência diretamente constatadas ou de que tenham conhecimento, fazer registos no diário de unidade e avaliar diariamente os jovens como consta no regulamento interno no n.º 2 do art.º 98º do Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo, que associa o princípio da tipicidade das infrações a medidas disciplinares. Existem ainda sistemas de avaliação do comportamento e critérios de atribuição de prémios dirigidos aos jovens.

Tendo em conta o internamento, o Regulamento visa transmitir aos jovens valores e regras de comportamento de modo a conduzir futuramente a sua vida social e de forma juridicamente responsável, pelo que zela simultaneamente pela ordem e disciplina interna, pelo cumprimento das normas vigentes e procedimentos de segurança e bem-estar.

4.3 Análise dos dados de Observação Descritiva

Na perspectiva de Quivy e Champenhoudt (2005;164), a recolha de dados através da observação direta é *“aquela que o próprio investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados.”*

Através da observação é possível produzir uma descrição que seja adequada à análise que se pretende efetuar na investigação. As etapas observação-descrição-análise, nem sempre são lineares, mas compete à investigadora, através da observação estruturada obter dados para uma descrição aceitável na fase da análise, tendo em conta os objetivos.

⁸“A pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenómenos sem entrar no mérito de seu conteúdo. Na pesquisa descritiva não há interferência do investigador, que apenas procura perceber, com o necessário cuidado, a frequência com que o fenómeno acontece”.

Realizou-se uma observação rigorosa do dia-a-dia dos jovens tendo em conta alguns dos objetivos deste estudo tais como: analisar as medidas estratégicas de intervenção na área do Serviço Social face a este problema (Criminalidade Juvenil); analisar os tipos de intervenção que constam e são recomendados no Projeto Educativo do Centro Educativo Padre Oliveira na Recuperação dos Jovens delinquentes; verificar se os egressos testemunham mudanças e elencar as boas práticas e as menos boas práticas.

⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa-17-02-2013>

Deste modo, descrevem-se as observações de duas formas distintas: a que se segue a baixo apresentada em texto corrido e depois o resumo que consta na grelha.

Observação – 1) Iniciou-se no dia **22 Novembro 2012**. Nesse dia foi só para conhecer o centro acompanhada da Coordenadora que mostrou-se disponível em mostrar todos os lugares do centro. Ao passar pelos corredores do centro, verificamos que alguns dos jovens encontravam-se na aula de informática e outros na sala de lazer. Essa observação demorou meia hora.

Observação – 2) No dia **2 Dezembro 2012**. Constatamos que o dia destes jovens começa as nove da manhã (hora que eles saem da cama) depois tomam o pequeno-almoço, fazem uma limpeza ao centro e depois da realização das tarefas, vão jogar futebol. As tarefas decorreram com normalidade sem incidentes assumindo cada qual a sua tarefa. No jogo constituíram-se duas equipas deferentes e em ambas as equipas havia um Monitor que jogava com eles. Sentados no exterior do campo fechado estavam como observadores um técnico Educativo de radio na mão a vê-los e dois seguranças. Quando o jogo terminou os jovens saíram dois a dois acompanhados do segurança e conduzidos para o centro para fazer higiene pessoal e almoçar. Antes de irem para as respetivas mesas formaram uma fila para entrar e todos ficaram de pé à espera que o Monitor mandasse sentar. Uma vez sentados foi distribuído o almoço pelo Monitor. Ao almoço só falavam do jogo porque uma das equipas saíra ganhadora, dando sinal de que todos gostavam da bola. Entretanto constatou-se que dois dos jovens estavam tristes e revoltados de igual modo percebeu-se que não estavam bem e que o assunto não tinha nada a ver com a bola. A Coordenadora e o Monitor apressaram-se a perguntar-lhes o que se passava. Eles limitaram-se a dizer “ nada”. Entretanto, quando terminou o almoço a Coordenadora e Monitor juntaram os rapazes numa pequena reunião e perguntaram a cada um deles como é que foi o dia deles e o fim-de-semana. Todos responderam que passaram bem. De seguida, conforme está no plano do centro, um dos jovens levantou as loiças da mesa e lavou a loiça manualmente porque houve uma avaria da máquina. Enquanto ele arrumava, os outros foram conduzidos para a sala de lazer jogar, com a porta sempre aberta sob vigilância do segurança. De salientar que alguns dos jovens do centro tiveram visitas familiares. Via-se que se sentiam felizes ao

verem os familiares, contentes com as roupas e as fotos que receberam da família. Percebeu-se que quando os jovens do centro tem visita dos seus familiares, são chamados pelo próprio nome, e recebem roupas que o segurança fornece fazendo um inventário da roupa disponibilizada por escrito. Durante a visita o segurança não se afastou deles.

Durante o internamento usam roupas da instituição e sapatos para que sejam identificados o que impede a fuga deles. Com respeito ao relacionamento deles com o Monitor, Técnico ou Coordenadora, verificou-se que é boa a convivência entre os jovens e os seus responsáveis. Se precisarem de sair da sala ou fazer algo, pedem sempre permissão para o fazer se não são repreendidos para que não se repita.

Neste dia chegou um jovem que foi passar o fim-de-semana em casa. Ao chegar a Coordenadora foi ao encontro dele à porta para o acompanhar até o centro. Pelo caminho a Coordenadora iniciou uma conversa e perguntou-lhe se passou bem? Ao que ele respondeu que sim. Ao chegar na entrada que dá acesso à entrada para o regime fechado ele foi revistado pelo segurança e foi mudar de roupa e sapatos para poder entrar.

Observação – 3) No dia 5 Dezembro 2012, testemunhou-se um enorme entusiasmo dos jovens do centro ao fazerem os desenhos e enfeites de Natal, na aula de inglês, dando expressão à dedicação e às habilidades nos desenhos. Durante a aula, a professora pedia para eles traduzirem algumas palavras da língua portuguesa para inglês, palavras que tinham a ver com festas de natal, e para escreverem na folha de cartolina em troca da promessa de um chocolate para quem descobrir no dicionário a palavra correta. No final da aula todos arrumaram a sala e puseram-se em fila para sair. Na saída foram revistados um a um pelo Monitor à porta da sala a fim de evitar transportes de objetos cortantes que havia nessa aula para o uso do trabalho manual. No intervalo observou-se que havia jovens que mantinham relações de confiança uns com os outros. De seguida dirigiram-se para uma outra aula desta vez designada de Condição Física de preparação física, dada por um professor externo. Os alunos mostraram grande interesse e participação já que o movimento era acompanhado do som da música. No final dessa aula todos arrumaram a sala e foram fazer higiene pessoal para depois jantar.

Observação – 4) No dia **15 Janeiro 2013**, constatou-se que na sala de informática encontravam-se seis adolescentes. Todos tinham um computador para escrever e a professora propôs um desafio de descrever as grandes mulheres do mundo. Devido a uma avaria do sistema informático essa aula não decorreu como fora previsto mas todos que ali estiveram aproveitaram para pôr a conversa em dia com a professora até a hora de saída. De seguida esses jovens/alunos foram para outra aula que era aula teórica de Marcenaria que começou com a passagem da folha de presenças pelos alunos. A professora começou por explicar algumas figuras geométricas. No decorrer da aula dois jovens que estavam sentados juntos conversavam entre si e riam-se e gozavam com a professora dizendo que a única coisa que a professora tinha de bonito eram os olhos verdes e todos os outros expressaram a sua concordância e a professora agradeceu-lhes e pediu que não queria mais elogios. Foi preciso a professora chamar a atenção várias vezes e ameaçou que da próxima vez os manteria separados na aula. Havia um outro jovem que também não participava na aula e aproveitava essa aula para fazer exercício de Matemática. A professora chamou a atenção e ele não gostou e pediu à professora que lhe deixasse em paz. Justificou-se. Quando ele participa e dá opiniões na aula a professora manda- lhe calar. Hoje que não está a incomodar porque a professora pergunta o que se passa? Mesmo assim a professora tentou demonstrar o quanto a escola era importante pra ele e que em mais dois meses teria o 9ºAno ao que ele respondeu à professora “ não me interessa a escola porque não vai servir para nada”.

Terminada a aula foram almoçar e a seguir alguns foram para a aula de Jardinagem que consistia em montar uma máquina nova para cortar as plantas. O Monitor em tom de brincadeira perguntava os nomes dos instrumentos que são usados na aula prática de Jardinagem. Todos demonstraram saber responder corretamente. Um outro grupo foi para aula prática de Marcenaria onde se trabalha na transformação de madeira. Estavam na sala seis alunos e um professor. Dos seis, dois estavam a dar acabamento a um armário, outros dois estavam a lixar uma porta e mais dois a lixar uma mesinha. Nessa aula observou-se que o professor era exigente e exigia rigor no trabalho. Apesar disso dois dos alunos que estavam a lixar a porta andavam a brincar. O professor chamou a atenção por várias vezes. Disse-lhes até que a avaliação deles já estava feita e que a nota caminhava para negativa. Não deram a mínima importância para aquilo que o professor

dizia, até que o Monitor exaltou-se com os dois e pediu respeito pelo professor e pediu para fazerem o que o “Mestre” mandava. Foi a partir daí que pararam as brincadeiras até o intervalo para lanche e voltaram para as suas tarefas. No final dessa aula voltaram a arrumar e limpar o espaço e ficaram a jogar a matraculhos na companhia do Monitor, do Professor e do Segurança até que vieram para transportá-los dois a dois acompanhados de dois seguranças em fila até ao centro de internação.

Descrevemos no quadro que se segue um resumo da observação que fizemos.

Quadro nº 11

Data: 22/11/2012; 2 e 5/12/ 2012; 15/01/ 2013	Observação
Aula	- Alguns dos jovens encontram-se na aula de informática; - Observou-se no final da aula, todos arrumaram a sala e puseram-se em fila para sair; - Observou-se que os jovens têm aula de Condição Física para preparação física, dada por um professor externo onde os alunos revelaram grande interesse e boa disposição. - No final dessa aula todos arrumaram a sala e foram fazer higiene pessoal para depois jantar; - Na aula de inglês, observou-se enorme entusiasmo, e dedicação nos desenhos e enfeites que faziam para preparação da festa de natal;

	- Observou-se que a professora criou uma forma simples de os motivar para essa aula, oferecendo um chocolate para quem descobrisse no dicionário a versão inglesa das palavras da língua portuguesa referentes ao Natal; - Um trabalho proposto na sala de computadores a seis alunos: descrever as grandes mulheres do mundo. - Uma aula teórica de Marcenaria que começou com a passagem da folha de presenças pelos alunos e falaram sobre alguns filmes que já tinha visto; - Notou-se que havia alguns jovens que pouco se importavam com a aula e a professora chamou a atenção de um dos jovens e tentou-lhe mostrar quanto a escola é importante, - Os jovens não demostram grande interesse pela aula teórica; dão mais importância à aula pratica.
Atividade extraescolares	Constatou-se que o dia destes jovens começa as nove da manha (hora que eles saem da cama) tomam o pequeno-almoço, fazem uma limpeza ao centro, e no fim da realização de algumas tarefas vão jogar futebol, - Observou-se que todos têm gosto pela bola;

Formação escolar	-Tem aulas sobre várias matérias: Informática, inglês, marcenaria, jardinagem sempre acompanhada do seu Monitor e o homem de segurança. O ambiente de aulas é como em todos os lugares: professores motivadores, exigentes; alunos atentos, participativos ou perturbadores. - Quando precisam de sair da sala ou fazer algo pedem sempre permissão para o fazer.
Vigilância	-Estão constantemente a serem vigiados, -As roupas com que vão para o centro é toda inventariada pelo segurança de serviço, lista que é depois assinada pelo aluno. -No Centro o aluno traja farda própria. -A visita dos familiares decorre na presença de segurança; -Constatou-se que os jovens são revistados pelo monitor na presença do segurança à saída das aulas a fim de evitar transportes de objetos cortantes; - Observou-se que os jovens nunca estão sozinhos se forem para sala de lazer jogar, a porta tem que estar sempre aberta sob vigilância do segurança.

Visita	Alguns dos jovens do centro tiveram visitas familiares
Relação jovem/ Educadores	-No intervalo observou-se que havia jovens que mantinham uma relação de confiança uns com os outros; - Mantém com o Monitor, Técnico ou Coordenadora uma boa convivência e um bom relacionamento.

4.4 Análise de dados da Entrevista

4.4.1 Verificar como está organizado o dia dos jovens internos

Conforme revela a pesquisa de campo, a Coordenadora do Centro Educativo afirma que o horário dos jovens de acordar e de deitar varia consoante as fases em que os jovens se encontram a cumprir as medidas educativas.

“ Horários de deitar podem dizer que os jovens quando estão na fase 1 no primeiro mês deitam-se às 20h durante a semana e as 20h durante o fim-de-semana. Quando já estão no primeiro mês deitam-se às 21h durante a semana e 21h30 no fim-de-semana. Os da fase 2 deitam-se às 21h30 na semana e às 22h no fim-de-semana; os da fase 3 deitam-se às 22h durante a semana e as 22h30 durante fim-de-semana; os da fase 4 deitam-se às 22h e 22h30 durante fim-de-semana. Portanto, isto varia muito, a questão da hora de levantar também depende das férias e do fim-de-semana e dos dias regulares. Portanto, nos dias uteis é às 7h30, nos sábados é às 9h” (C).

Realça ainda que os jovens internos participam durante o dia de todas atividades educativas incluído as limpezas diárias do centro, higiene pessoal, a formação educativa que lhes dá direito à Dupla Certificação ou seja frequentam cursos de Educação e

Formação de Adultos. São-lhes propostos os seguintes cursos: Curso de Operador de Jardinagem que é curso B2, outros vão para curso de Pré-impressão Digital que é o curso B3 e outros vão para o curso de Marcenaria que é o curso de B3.

“Os jovens levantam-se fazem higiene pessoal, e... depois fazem as limpezas e as faxinas das unidades de acordo com as escalas, é uma escala rotativa, portanto, os jovens vão rodando diversas atividades que há ao longo do dia portanto, todas as semanas sai uma escala rotativa diferente é o que eles fazem de manhã. A seguir começam-se a organizar para o pequeno-almoço; tomam pequeno almoço e vão para as oficinas ou para a parte escolar”(C).

Ao longo da manhã ou da tarde têm possibilidade de frequentar cursos extraescolares. O professor destacado pelo Ministério da Educação dá Educação Física. Os alunos tem um intervalo a meio da manhã e outro ao fim do almoço. As atividades da parte da tarde começam às 14H15 e continuam pela tarde dentro. Mas depois tem uma reunião com os técnicos de avaliação para cada jovens, avaliando como decorreram e indicando quais as que mais gostou e as que menos gostou. Esta reunião e autoavaliação devem ser dinamizadas como um processo de grupo promovendo a mudança de comportamentos. As técnicas de entrevista em grupo e resolução de problemas devem ser a base do processo que envolve todos e onde os adultos devem funcionar como modelos de aprendizagem. A autoavaliação e a reflexão são os ingredientes dinâmicos e estruturantes desse processo. Na parte final solicita-se ao jovem que indique a sua auto-avaliação no programa de contingências cabendo aos TPRS dar um feedback das avaliações dos adultos, centrado na avaliação dos comportamentos e atitudes, mais do que no valor numérico a atribuir.

A rotina diária é quebrada com outros projetos tais como o Projeto Transformer com atividades semanais e outros projetos que vão surgindo ao longo do ano.

“... Eles têm a turma de jardinagem e de pré – impressão digital, artes manuais ao fim de semana e... uma vez por semana o curso de marcenaria, e uma vez por semana

dança.... Isto é regra, são as atividades mais regulares digamos assim durante a semana”(C).

“Vamos tendo alguns projetos dinamizados ao longo do ano. Neste momento, estamos a ter o Banco Alimentar que desenvolveu com cada Unidade 9 sessões sobre Cidadania. Vamos começar agora, no mês de Março, com o Projeto CAOS da Fundação Portuguesa da Luta Contra a Sida. Terão 5 secções sobre a sexualidade, Quando termina um projeto iniciamos o outro, portanto, temos sempre projetos paralelos a complementar também as partes escolar e formativa.

“No mês de Maio, a semelhança dos anos anteriores vamos ter o mês cultural. No mês cultural desenvolvemos pelo menos 4 ou 5 semanas temáticas que são complementares à formação deles, semanas de cidadania, semanas de solidariedade, semanas de ciência. Estou a dizer varias semanas, que temos tido ao longo deste ano: a semana de desporto, a semana de ciência e tecnologia... Tentamos envolver todos os agentes educativos, os jovens, os professores e trazer entidades do exterior a passar determinado tipo de conhecimento e sensibiliza-los para determinado tipo de temas de forma a eles saírem um bocado da sua visão mais restrita e limitada do mundo, e colocarem-se também como cidadãos ativos e perceberem que também tem um papel a desenvolver na sociedade para além daquele registo que eles mantinham até chegarem aqui”(C).

Os cursos que os internos têm a possibilidade de frequentar dão equivalências: os B2 ao 2º ciclo do 5º e 6º ano e os B3 são cursos com equivalência ao 9.º ano com possibilidade de continuarem a estudar se assim o desejarem.

“Nós temos cá um jovem a fazer o 10º ano do Ensino a Distancia porque já esteve muito avançado, tinha tempo que lhe permitia fazer isso, então apostamos nessa solução e está a resultar muito bem. Temos agora um jovem que por força de uma situação de exceção vai estar a frequentar o ensino no exterior”.

No fim-de-semana, o dia-a-dia é programado com maior liberdade e com possibilidade de terem outras atividades. De manhã geralmente uma manhã desportiva

ou cultural e na parte da tarde um tempo não programada reservado para as visitas. Há sempre lugar para outras alternativas de acordo com o tempo do ano.

No fim-de-semana, temos geralmente na parte de manhã, uma parte da manhã, atividades desportivas que também podem ser culturais e a parte da tarde é destinada às visitas; é a parte mais livre para eles. De maneira geral é assim que decorre o fim-de-semana...”

“Durante as férias do Carnaval, da Pascoa, que é tempo de férias, no sentido em que há interrupção letiva, nós pomos a formação tenológica a decorrer da parte de manhã e nas partes da tarde temos atividades desportivas no exterior. Tentamos também sempre dinamizar alguma coisa de diferente ... e aproveitar esse momento para dinamizar algo que faça sentido dentro do Projeto de Intervenção Educativa do Centro e com interesse para os jovens. Temos por exemplo um atelier de cinema e dança, começamos ontem, vamos ter agora na segunda, terça e quarta nesta fase de carnaval e já estamos a organizar uma coisa para as férias da pascoa e assim sucessivamente nesses períodos tentamos sempre fazer outro tipo de oferta que faça sentido para esses tipo de jovens e que vá de encontro às necessidades” (C).

Pelo que vimos o dia-a-dia é organizado com a atenção colocada nos alunos visando a sua formação tanto profissional como cultural tendo em conta os possíveis interesses dos jovens. O que caracteriza o dia é ser um internato que ocupa o dia todo num mesmo espaço.

4.4.2 Quem os acompanha ao longo do dia

De acordo com a Coordenadora do Centro Educativo, os alunos tem responsáveis vários ao longo do dia conforme os espaços e as atividades. Eles são acompanhados pelos Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS), por Monitores e pelos Educadores. Todas as atividades têm um supervisor.

“Quem acompanha diariamente os jovens, nós costumamos dizer quem está sempre com eles, são os Técnicos Profissionais de Reinserção Social, chamamos hoje de TPRS que no fundo são os Monitores, os educadores, as pessoas que os acompanham em

todas as atividades. São responsáveis por supervisionar os jovens, ter sempre os jovens em visão, nunca perder o controlo do jovem nenhum, saber sempre onde está e acompanhar durante o dia as atividades e tudo mais. Os jovens nunca estão sozinhos, estão sempre acompanhados de maneira a terem proteção como os outros e poderem viver aqui num clima tranquilo, inclui tudo não é (?) inclui banhos. À noite eles estão cada qual num quarto isolado, tem o seu próprio quarto, tem campainha e são também visionados por rondas de meia em meia hora. Os monitores para além desta questão de vigilância do controlo da segurança que asseguram em permanência, são também responsáveis pela parte educativa no sentido de fazer viver as competências necessárias para a vida em sociedade: saber estar, saber conviver uns com os outros, inculcar noções básicas de educação, de higiene pessoal, de regras entre eles, da relação com os adultos, uns com os outros, no fundo são os educadores. São eles que fazem intervenção em primeira linha de como resolver um conflito, de como saber gerir uma situação, que fazem desenvolver esse tipo de competência mais básicas e mais essenciais e que muitos não trazem” (C).

A Coordenadora do Centro Educativo refere ainda que os TSRS acompanham os alunos também nas horas de formação escolar e de recreio:

“Nos intervalos tenta-se que sejam também os Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS) quem está nas atividades, portanto, eles acompanham as atividades. Nas atividades ao longo da tarde igual, nas aulas também, os monitores para além dos professores e dos formadores que dão as aulas, também estão em permanência na aula e também vão acompanhando e supervisionando o aluno, nunca largam os alunos” (C).

Os TSRS ou os monitores acompanham os alunos desde o momento que acordam até que se deitam. São simultaneamente acompanhantes, vigilantes e formadores.

4.4.3 Verificar quais são atividades tipicamente educativas

Constatou-se na entrevista que relativamente às atividades tipicamente educativas, o Centro dispõe de um Projeto de Intervenção Educativa e tem diversas atividades que estão estruturadas em programas cuja finalidade é a educação dos jovens para uma sociedade de direito e para a sua reinserção social, para que não reincidam no mundo do

crime. Tal preocupação está permanentemente presente desde que o aluno entra na Instituição

“Nós temos um Projeto de Intervenção Educativa e temos diversas atividades que estão estruturadas em programas e projetos que obviamente tem dois tipos de preocupações, dois tipos de objetivos que são a educação dos jovens para o direito e reinserção deles de forma digna e responsável na comunidade. Todo o Projeto de Intervenção Educativa tem como finalidade no fundo essas duas valências. A nossa preocupação desde que ele entra é preocupar-se em saber como é que vai sair? É de forma a poder ter um percurso diferente lá fora portanto, o que se pretende é que ele não se reincida no crime. O que o traz cá são factos qualificados como crime que ele praticou, não é? E o que se pretende obviamente é que não venha a repetir e praticar esses factos, mas não só, também que tenha uma reinserção digna e responsável na comunidade, que se torne um cidadão obviamente ativo e proactivo na sociedade” (C).

Em relação à questão, a coordenadora, afirma que a preocupação da instituição é o desenvolvimento pessoal e social dos jovens para que os jovens não reincidam no mundo do crime. Apesar de trazerem uma experiência de vida diferente tentam incutir nos jovens valores de cidadania, bem como estimulam e motivam para que eles possam sair com um percurso positivo para o social.

“O jovem entra com muitas necessidades e lacunas e alguns problemas. Também entram com os seus potenciais, também obviamente nos preocupamos em estimular e promover e dar relevo de forma que ele depois possa sair preparado e motivado para fazer um percurso para o social e que deixe a parte do anti-social para traz... no fundo que faça uma mudança, que encontre um projeto alternativo ao percurso que ele trazia, no fundo estes são os objetivos principais” (C).

4.4.4 Ver quais são os programas educativos para jovens em processo de ressocialização no que respeite a recuperação

Constatou-se ainda que o centro dá importância ao programa formativo que permitirá os jovens uma reintegração lá fora.

“Temos o programa formativo pretende-se que os jovens para além de ter uma certificação que permita ter uma reintegração lá fora muitas vezes que ele recupere o tempo perdido, muitas vezes eram jovens que estavam excluídos do meio escolar formativo ou então estavam muito atrasados tem muitas necessidades básicas quando chegam portanto aqui pretende-se um pouco esse ritmo e que tenha uma certificação que lhe permita também dar continuidade ao seu projeto lá fora, uma reintegração diferente portanto, ter uma certificação” (C).

Constatou-se que o centro educativo para além de programas de formação, preocupa-se em ajudar os jovens a desenvolver competências e hábitos de trabalho, saber aceitar as autoridades, ter respeito ou seja aprender um conjunto de normas que são fundamentais para a sociedade.

“Para além da certificação desenvolve competências de hábitos de trabalho, de saber estar, de saber falar, de saber aceitar as autoridades, saber coisas tao básicas como saber estar sentado, saber respeitar o espaço do adulto, o espaço dos outros saber trabalhar em equipa portanto, há aqui um conjunto de trabalho e de valores paralelos para além da questão de certificação” (Idem).

Constata-se que os jovens têm programas de contingência através dos quais os jovens são avaliados diariamente pelos formadores e por TPRS. Logo esta avaliação promove uma promoção de mérito ou seja serve de incentivo ou reforço positivo para cada jovem no sentido de melhorar o comportamento destes.

“O jovem tem programas de contingência onde os jovens são avaliados pelos formadores diariamente, avaliados por TPRS diariamente. Dessa avaliação decorre no fundo uma promoção de mérito situação em que eles podem ter acesso a determinados tipos de regalias ou então ficarem privados de algumas regalias devido a avaliação que vão tendo”.

A avaliação do programa de contingência tem-se mostrado muito estimulante para os jovens. Os jovens dão muito valor a questão das notas que lhe são atribuídas ao nível do comportamento e dão muito valor no sentido em que gostam de ser elogiados, esforçam-se para ser o melhor da semana, esforçam-se para ser o melhor do mês, não

só pelas regalias que daí advém mais também pelo reforço social que lhe traz. Portanto, ficam bastantes frustrados quando tem uma nota negativa por qualquer situação que é menos bem valorizada. Isto é tudo é alvo de discussão nas tais reuniões que são feitas principalmente na hora de jantar onde é possível eles discutirem, o porque? Nas formações eles sabem que também tem que saber estar, tem que se esforçar para estar nos momentos sabem que estão constantemente, em certo sentido, a serem avaliados por um determinado fim, temos programas de contingências também”(C).

Constatou-se ainda que o centro dispõe de programas específicos denominado de Programas de Competências Pessoais (GPS), dirigidos à delinquência, com 4 módulos. É um programa que permite desenvolver determinado tipo de competências pessoais e sociais e está estruturada em 25 secções que atualmente é chamado de GPS 25. É geralmente ministrada pela Coordenadora e por Técnicos Profissionais de Reinserção Social.

“Depois temos também programas específicos dirigidos à delinquência onde se enquadra o GPS que é programas de competências pessoais e sociais é um programa dirigido de raiz cognitiva comportamental dirigido a problemas a nível das competências. São programas que têm 4 módulos de comunicação. É um programa estruturada em 25 secções, por isso é chamado de GPS 25 e é ministrado geralmente por mim e por TPRS – Lusa e geralmente tem grupos de 7 a 9 jovens em cada secção”(C).

“Todos os jovens também à partida passam por estes programas que podemos ter, não é o caso aqui mais já têm tido como falei, programas como da cidadania, da sexualidade e outros que nós vamos desenvolvendo, podemos ter programa dirigido à raiva ou algum a comportamento mais violento. Depois temos programas de tutorias: cada jovem que entra aqui tem um Técnico Tutor que é Dra. (D) ou Dr. (J)”.

Relativamente ao Projeto Educativo Pessoal (PEP), constatou-se na entrevista que vêem isso como uma possibilidade positiva, é elaborado com cada jovem e com a família e ao longo do internamento inerente àquele jovem.

“Esse Técnico Tutor faz periodicamente, quinzenalmente, reunião de tutoria com eles onde é elaborado PEP, o Projeto Educativo Pessoal de cada jovem e elaborado também com jovem e com a família e depois vai sendo avaliado o PEP ao longo do internamento e todas as questões inerentes àquele jovem e importantes para aquele jovem são avaliados na sede das tutorias. No final das tutorias o técnico faz um mini relatório, esse mini relatório passa pelas pessoas e pela equipa técnica e é depois colocado no seu dossier individual. Portanto, há um trabalho sistematizado com jovens e com a sua família desenvolvido no tempo que ele aqui está. Portanto, nestas tutorias o técnico no fundo é o elo de ligação entre a Família, a Instituição e o Tribunal, faz aqui estas ligações, ele é o responsável por esta questão e por desenvolver o que é importante ao nível do projeto daquele jovem. Portanto, o jovem integra-se nas determinadas atividades que são gerais mas também podem integrar determinadas atividades específica. Imaginemos que um jovem tem problema de alcoolismo a que precisamos de dar resposta aqui dentro e tenhamos que integrar no exterior num determinado tipo de programa para além dos programas que ele integra cá dentro, poderá ter esses no exterior se fizer sentido, não é? É um jovem com problema de saúde a um determinado nível para além de tudo que é o genérico que é feito aqui ele terá acesso a essa questão em termos da sua necessidade específica a esse nível pronto... e por ai fora. As questões diversas que surjam, por exemplo é necessário naquele jovem uma mediação entre a família e ele, há ali um problema muito complexo àquele nível, o técnico tutor vai obviamente procurar soluções para termos depois a questão da preparação para saída resolvida, o jovem sai daqui com projeto, não é? Pelo menos tenta-se a todo custo isso, às vezes também nos debatemos e também vamos ao encontro das dificuldades lá de fora, de integração, neste momento as saídas profissionais não estão fáceis como sabe... não é? Mais, procuramos sempre integrar os jovens a nível formativo, a nível dum trabalho ou escolher qual a melhor pessoa da família que poderá ficar com ele, enfim... mil e uma questões... ou se não tem absolutamente ninguém da família procuramos uma instituição para o acolher, enfim... o técnico tutor tem que procurar soluções que melhor lhe convenham” (C).

“Portanto, isto é em termos de tutorias, ou seja a tutoria no fundo dá uma resposta muito individual a cada caso. Cada caso tem suas especificidades. Ainda temos os

programas dentro destes programas da saúde, mais específicos como a psicoterapia, temos a Dra. (D) que faz aqui psicoterapia individual e também temos agora algum apoio da estagiária da psicologia que está a desenvolver algum trabalho a esse nível. Vão fazer alguns programas de enriquecimento experimental e também de algum apoio individual que já está em curso. Ela faz um programa dentro de uma linha psicodinâmica de intervenção individual uma vez por semana com a maioria dos jovens” (C).

Salienta-se ainda que o PEP para além de visar o sujeito individualmente explora a sua condição social, no sentido de promover uma mudança social. Qualquer intervenção, com recursos internos ou externos, que seja necessária é mobilizada. *Tudo isto pretende o quê? É aquilo que eu disse desde início, atingir os tais objetivos. Portanto, nenhuma destas ações, nenhum destes programas quer individual, quer mais generalista é efetuado sem ter como fim a promoção da mudança do jovem no sentido para social. Portanto, este é o nosso objetivo principal e obviamente que a nossa ferramenta é trabalhar o desenvolvimento dele. Por exemplo temos cá o jovem x que é um jovem que chegou e que não sabe, tem muitas dificuldades de leitura e está a ter duas vezes por semana individualmente apoio para ver se consegue começar a ler e escrever em condições para poder acompanhar os cursos devidamente. Pronto, é isto para explicar que se vai procurar respostas individuais para necessidades específicas que surjam por cada jovem” (C).*

4.4.5 Verificar se os jovens visitam a família indo para fora ou se recebem a família no Centro

A coordenadora do Centro Educativo aponta alguns aspetos que são tidos como importantes para permitir a visita. Por um lado, os jovens têm possibilidades de visitar a família consoante está no regulamento interno e por outro lado referiu que é sempre um risco de ele sair e não cumprir com aquilo que está estipulado.

“ Os alunos enquanto estão internados têm possibilidades de receber a visita da família sim. Os jovens têm visitas consoante está no regulamento interno, é uma questão de avaliar e nós seguimos aquilo que está exatamente no regulamento interno,

eles tem visitas durante a semana duas horas por semana. Nós fazemos ao sábado e ao domingo, as visitas decorrem entre às 14h e às 18h e depois tem também, consoante a fase, direito a determinadas visitas extraordinárias e algumas podem até ocorrer durante a semana. Portanto, os jovens recebem visitas no centro, os únicos jovens que vão para a casa são os jovens que estão em regime semiaberto como sabe, temos tido alguns, exceccionalmente, em regime semiaberto e esses jovens que então em regime semiaberto vão à casa alguns fins de semanas ou algumas férias autorizadas dentro dum procedimento que é muito específico e que está regulamentado, mas no sentido das visitas chamadas visitas em si, são famílias que vem ao centro educativo”(C).

As idas para a casa com o intuito de visitar as famílias são exceccionais. Quando as há são cuidadosamente preparadas pelo Tutor junto da família e do jovem.

“ Tem sido benéfico sim, claro, eles só vão nas fases mais avançadas. É feito um trabalho prévio com a família, portanto, o jovem só vai se a família tiver obviamente condições para o receber e condições para supervisão do mesmo. Neste sentido, o jovem irá depois do que está estabelecido, lá está com o técnico tutor, que faz um trabalho onde estão definidas as regras e o que é possível o jovem fazer, portanto, o jovem tem determinadas coisas que pode e não pode fazer no exterior. Portanto, é um plano de conduta a seguir lá fora, nos fins-de-semana tem que o seguir e para além de ter feedebk da família também vamos telefonando periodicamente para a família para saber como é que estão a correr as coisas. Em última linha se for período mais longo as nossas equipas no terreno também vão averiguar como é que está a decorrer a situação da saída ao exterior”(C).

“É sempre um risco o jovem quando sai, é sempre o risco que se assume de aposta no jovem, no sentido de... perigo no exterior, são os que já conhecemos, há sempre perigo de ele não voltar, há sempre perigo de ele não cumprir com aquilo que está estipulado e ir ter com outros jovens na comunidade, há sempre esse risco ... não é? Mas são riscos ponderados e que quando se assumem são porque faz sentido no projeto do jovem e aposta no exterior ele começar numa aproximação gradual à família, à casa porque o jovem vai acabar por sair, portanto, os semiaberto no fundo é mesmo isso é poder trabalhar as saídas do jovem, estar com as famílias, estar na comunidade, poder

trabalhar as competências pra isso, podendo ele vir estar nesse espaço mais já... mais de uma forma ensinada, conversada e controlada para gradualmente sair fazendo essa aproximação. Portanto, esse é o objetivo do regime semiaberto é no fundo trabalhar duma forma, fazer essa aproximação de uma forma consciente deferente, intervencionada doutra forma por ai fora”(C).

4.5 Verificar como resolvem os casos de indisciplina

Em relação a resolução dos casos de indisciplina, constata-se que os educadores, os monitores seguem o procedimento da Lei Tutelar Educativa e o Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo. O esforço vai no sentido de encontrar um justo equilíbrio entre a relação desejada e o cumprimento de regras exigido.

“Nós a nível da disciplina seguimos o procedimento da Lei Tutelar Educativo e Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo. Portanto, regemo-nos por aquilo que está estipulado”(C).

E afirma que:

“No dia-a-dia tentamos fazer a filosofia da casa, um bom equilíbrio entre a parte disciplinar e a parte da relação. Portanto, aquilo que nos interessa é estabelecer vínculo, não só a parte disciplinar, impor aqui limites, os limites são muito importantes, a disciplina é muito importante mas o estabelecimento da relação dos vínculos também é muito importante, tentamos fazer aqui um bom balanceamento entre as duas situações e obviamente independentemente da oscilação que vamos ter ao longo do tempo, acho que se pode dizer que temos vindo a conseguir. Portanto, os jovens quando entram no centro educativo é lhes logo dado um regulamento interno próprio para eles onde está resumido tudo isto, o técnico tutor, lá está, é responsável também por passar toda esta informação logo a partida e logo de início, e além disso eles sabem logo desde de início que entram aqui, sabem quais são os limites até onde podem ir e isso é uma coisa que lhes é lembrado sempre que é necessário. E sempre que é necessário explicar as regras aos jovens e trabalhá-las, e isso é contínuo que é feito por todos, no fundo é transversal a todos. É o que está na lei, pronto, seguimos o que está na lei, é feito um procedimento disciplinar quando não se pode dar uma resposta educativa ou uma resposta pedagógica, temos que avançar por uma resposta disciplinar, fazemos um

procedimento disciplinar com todos os passos que estão estipulados e aplica-se uma determinada sanção disciplinar quando é necessário” (C).

4.6 Verificar como é feita avaliação desses jovens

Salienta ainda na entrevista que a avaliação dos jovens são feitas através das tutorias com o técnico tutor e toda informação é retratada em relatório que são feitos periodicamente pelo Tribunal. Tendo em conta a avaliação reflete no sucesso através de um bom comportamento, conforme se pode constar no excerto do discurso:

“Claro que os jovens sabem a avaliação que eles têm através do plano de competências. Que esta avaliação é feita pelas tutorias. Toda a informação é espelhada em relatórios que são feitos periodicamente pelo Tribunal e obviamente que tudo isso conta a nível de decisão, a nível de revisão de medidas por parte do Tribunal, tudo isso é importante até na articulação com tribunal. Os jovens sabem que um bom comportamento, uma boa conduta, pode marcar pontos positivos, e que isso tem consequências. Podem ter consequências a médio e a longo prazo ao nível do processo judicial que ele tem. Portanto, os jovens no fundo tem sempre expectativa de poder... a ..., tendo um bom percurso, rever a sua medida de regime fechado por exemplo por um semiaberto ou mesmo para um acompanhamento educativo, e fazer uma progressão ou mais rápida ou uma progressão diferente dentro do próprio sistema judicial e do sistema tutelar de menores, isso é uma coisa que eles vão vendo. Os jovens com mérito vão conseguindo fazer um determinado percurso e lutam também por conseguir por eles próprios” (C).

“ Sim, os jovens que estão internados no centro educativo já são jovens de última linha de uma maneira geral são jovens já com uma grande complexidade até que já foram alvo de muitos tipos de intervenções, muitas vezes antes de chegarem ao centro educativo, outros não, e sim tem uma percentagem de jovens que reincide no crime e outros que tem sucesso” (C).

Que ideias fazem, neste momento, do sucesso ou do insucesso do seu Projeto Educativo? Na visão da coordenadora do centro educativo, o sucesso ou o insucesso traduz-se na falta de apoios no exterior e muitas vezes o percurso do crime é uma opção pessoal.

“ É sempre muito difícil explicar o sucesso ou o insucesso em duas ou três frases. Não é? Porque eu acho que de uma forma geral nós temos sucessos com jovens cá dentro ao nível do desenvolvimento, sente-se uma diferença, não é? Eles ganham sempre muito aqui dentro, portanto, atingimos determinado nível de sucesso a esse nível. Por outro lado nem sempre este investimento não é suficiente já que, por vezes, eles reincidem lá fora. Há aqui várias vertentes para explicar isso, várias, múltiplas, né? Cada caso é um caso para explicar o insucesso, podemos apontar factos de, às vezes os jovens não terem apoio no exterior, deixar de ter controlo também da parte de justiça, não terem as melhores soluções lá fora para oferecer ao enquadramento pessoal, às vezes, não ter melhor apoio familiar, enfim... podemos dar aqui muitas justificações e poderemos melhorar muito o sistema, mas também podemos deparar que o jovem continua a fazer um percurso de delinquente, um percurso de crime e que é uma opção pessoal isso também acontece às vezes. Portanto, esses casos também são concretos também existem portanto, não é assim fácil explicar o sucesso ou insucesso”(C).

Considerações Finais

Chegada à parte final desta dissertação é o momento de nos reencontrarmos com as nossas perguntas de partida que motivaram inicialmente a efetivação desta investigação. Relembramos pois que a nossa pesquisa foi realizada com o intuito de responder às seguintes questões de partida: *“De que forma o Centro Educativo Padre António de Oliveira, que é um Centro de Recuperação da Direção Geral de Reinserção Social, prepara os jovens para entrarem de novo na sociedade?”*.

O aprofundamento das várias perspetivas teóricas ajudou-nos a fortalecer os nossos conhecimentos e olhar para este tipo de problema de forma mais criteriosa. Acabamos por compreender que a delinquência juvenil constitui um problema grave que afeta pessoas particulares e a sociedade em geral.

Assim, a abordagem desta temática despertou o nosso sentido crítico relativamente a essa problemática, ativando a nossa atenção para sinais evidentes de delinquência juvenil que devemos compreender e evitar, tomando medidas necessárias para a resolução do problema, mas sobretudo percebendo a forma como a sociedade lida de forma institucional com o problema.

Com objetivo de minimizar esse tipo de problemática, percebemos que é pertinente uma maior atenção por parte dos pais, dos profissionais, do Estado e da sociedade no geral cuidar dos seus filhos, dos educandos ou dos cidadãos de modo a combater essa calamidade que infelizmente faz parte do nosso quotidiano. Percebemos que é necessária uma maior intervenção educativa, não dirigida somente às crianças ou aos jovens, mas sim, a todos os cidadãos, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

De acordo com os objetivos deste estudo analisamos 4 fontes: os documentos estruturantes da intervenção em um centro educativo, O Regulamento Interno (RI), que elabora todo o funcionamento do centro, o Projeto de Intervenção Educativa (PIE),

documentos que estrutura e organiza a intervenção educativa, a observação direta feita no centro, bem como a entrevista a uma Responsável pelo Centro.

De salientar que com a análise destes documentos, bem como com a entrevista e a observação direta concluímos que: o Centro Educativo Padre António de Oliveira (CEPAO),⁹ é constituído por duas Unidades Residenciais em regime fechado, com lotação de 12 camas por cada unidade, perfazendo um total de 24. Uma destas unidades residenciais está destinada ao acolhimento e fica no 1º andar, a outra à progressão no r/c, de acordo com o sistema de faseamento e progressividade estabelecido pelo regulamento.

O Centro está estruturalmente organizado com os seguintes órgãos: diretor; coordenadores; equipa técnica; equipa de programas. Têm como principal missão proporcionar aos jovens sujeitos à medida tutelar de internamento, a aquisição de conhecimentos, competências e valores sociais com vista ao sucesso da sua reinserção socioprofissional.

Acolhe jovens do género masculino em regime fechado, na sequência da aplicação das medidas e execução de demais decisões previstas no artigo 145º da Lei Tutelar Educativa (LTE) aprovada pela Lei nº 166/99, de 14 de Setembro, designadamente, para a execução da medida tutelar de internamento, execução da medida cautelar de guarda, internamento para realização de perícia sobre a personalidade e cumprimento de detenção pelos tribunais.

De salientar que o centro promove formação de dupla certificação, formação de base e formação tecnológica, através dos cursos de Educação e Formação para Adultos-EFA- e formações modulares de acordo com o catálogo Nacional de Qualificações através do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (CPJ). O Centro Educativo Padre António de Oliveira dispõe de seguintes cursos EFA, B2 e B3 nas áreas de:

⁹ PIE-CEPAO

- ✓ Jardinagem e Espaços Verdes
- ✓ Marcenaria
- ✓ Instalações e Operação de Sistemas Informáticos.

Praticam-se no Centro os seguintes programas específicos, bem como programa de satisfação de necessidades específicas associadas ao comportamento delinquente:

- ✓ Gerar Percursos Sociais (GPS) 25 é um programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais, constituído por 25 sessões, destinado a ser aplicado em pequenos grupos de jovens em execução de medida tutelar de internamento em função das necessidades específicas de cada jovem e assinaladas na avaliação de diagnóstico inerente ao PEP.
- ✓ Realizam-se ações de Educação para saúde, no âmbito da sensibilização e prevenção, nomeadamente quanto aos cuidados de higiene corporal e oral, alimentação, comportamento aditivo, sexualidade, sono, de planeamento familiar e atividade física.
- ✓ Psicoterapia individual e atividades desportivas.

De acordo com o estudo feito, os alunos tem responsáveis vários ao longo do dia conforme os espaços e as atividades. Eles são acompanhados pelos Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS), por Monitores e pelos Educadores. Todas as atividades têm um supervisor ou seja, os TPRS ou os monitores acompanham os alunos desde o momento que acordam até que se deitam. São simultaneamente acompanhantes, vigilantes e formadores.

Relativamente às atividades tipicamente educativas, o Centro dispõe de um Projeto de Intervenção Educativa e tem diversas atividades que estão estruturadas em programas cuja finalidade é a educação dos jovens para uma sociedade de direito e para a sua reinserção social, para que não reincidam no mundo do crime. Tal preocupação está permanentemente presente desde que o aluno entra na Instituição.

A nossa pesquisa permitiu verificar que os jovens desenvolvem todas atividades educativas incluído as limpezas diárias do centro, higiene pessoal para além de participarem na formação educativa que lhes dá direito à Dupla Certificação ou seja são

cursos de Educação e Formação de Adultos de dupla certificação e estas atividades são acompanhadas por Educadores, Monitores, Formadores e Técnicos Profissionais de Reinserção Social que acompanham os jovens em todas atividades. São responsáveis por supervisionar os jovens, atividade tipicamente educativa. Salienta-se que este centro possui uma larga quantidade de programas para ajudar os jovens na sua integração e para olharem para a sociedade de uma forma diferente.

No que concerne a relação entre a família e os jovens em fase de reintegração, são estimuladas visitas consoante está no regulamento interno. Esta visita acontece quando estão já na fase avançada do tratamento. Antes de as visitas acontecerem é feito um trabalho prévio com as famílias. Há da parte da Instituição uma grande preocupação no sentido de dotar os alunos de regras e orientações que contribuam para a sua formação, para uma releitura do mundo de onde saíram e para se munirem de meios instrumentais para uma fácil inserção no mundo do trabalho quando terminar o período de internamento.

Referencias Bibliográficas

ABREU,C. e al. (2010), *Proteção Delinquência e Justiça de Menores. Um Manual Prático para Juristas... e não só...* Lisboa, Edições Sílabo.

AGRA, (1998), *Entre Droga e o Crime*. Lisboa, Edições, Notícias.

AGRA, C. e KUHN. A. (2010), *Somos Todos Criminosos?* Lisboa, Casa das Letras.

ALMEIDA, A e MANSO, A (2009), Representações Sociais de Jovens Institucionalizados em Centro Educativo: Perspetiva Sobre a Educação para o Direito. *Revista de Reinserção Social* e Prova nº 2.

ALMEIDA, J. & PINTO, J. (1995), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

ALVES, Sandra. (2007). *Filhos da Madrugada Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ANTUNES, A. (2007) *Do Bando para as Margens*. Lisboa, Edição Escola Técnica Psicossocial de Lisboa.

ARIÈS,P. (1986), La Infância. *Revista de Educación*, 281,5-17.

BAPTISTA, I. (1998), *Ética e Educação, Estatuto Ético da Relação Educativa*. Porto, Edição Universidade Portucalense.

BARDIN,L. (2008), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

CARVALHO, A. e BAPTISTA, I. (2004), *Educação Social - Fundamentos e estratégias*, Porto, Editora.

CARVALHO,M. (2003), *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*, Oeiras Portugal, 1ªEdição.

CERCLÉ,A. e SOMAT,A. (1999), *Manual de Psicologia Social*. Lisboa, Edições Instituto PIAGET, Lisboa.

COSTA PINTO, A.L. (2005), *Entre a Sociedade e os Alunos. Análise Etno – Histórica da Escola Industrial e Comercial de Emídio Navarro. Em Almada (1955 – 1974)*. Almada, Edição Câmara Municipal de Almada.

COSTA,C.& al. (2004/05), *A Entrevista*. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Departamento de Educação, Mestrado em Educação, Área de Especialização: Didática da Matemática Metodologia da Investigação I. Edições: DEFCUL. Metodologia da Investigação.

CRISTINA; C. e al. (2004), *A entrevista - DEFICUL- Metodologia da Investigação*, Lisboa.

DELGADO, P. (2006), *Os Direitos da Criança – Da Participação à Responsabilidade*, Porto, Edições PROFEDIÇÕES, LDA.

DESHAIES, A. (1992), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais Humanas*, Coleção Epistemologia. Lisboa, Instituto Piaget.

DIANE, P. (2001) *O Mundo da Criança*. Portugal, 8ªEdições MC Graw Hill, Lda.

DIAS, F. (2003), *Educação e Projeto de Vida: Antes e depois da Toxicodependência*, Lisboa, Edição Instituto.

DIGNEEFF, F. e al. (1995), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais – Trajetos*, Lisboa, Gradiva.

ESTRELA, A. (1994), *Teorias e prática de observações de classes*. Porto: Editora.

GIANCATERINO, Roberto (2007), *Escola, professor, aluno: Os participantes do processo educacional*. São Paulo, madros.

GIL, A. (1999), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ªEddição, São Paulo, Atlas.

GOFFMAN, E. (1961) *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Editora Perspetiva.

GOMES, C. e al. (2004), *os Caminhos Difíceis da “nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma Avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar educativa*. Observatório

permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia. Universidade Coimbra.

GUERRA, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso*. Cascais, 1ª Edição PRINCIPIA.

HENRY (1993), *Psicologia*. Lisboa, Edição Fundação C. Gulbenkian.

HERPIN, N. (1982), *A Sociologia Americana: Escolas, Problemáticas e Práticas*, Porto, Edições Afrontamento.

LEI 147/99, de 01 de Setembro.

LUC, A. e al. (1995), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

LUZ, P. (2003), *Crescer em Família*. ULHT, Relatório Final, Aldeia de Santa Isabel Lar Padre Agostinho da Motta.

MARCONI M. e LAKATOS E. (1999), *Técnicas de Pesquisas*. São Paulo, Atlas.

MARTINS; A: (1999), *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MATOS e al. (2000), *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*. Lisboa, Edição, Instituto de Reinserção Social- Ministério da Justiça.

.

MATOS, M.& al. (2009) *Violência, Bullying e Delinquência Gestão de Problemas de Saúde em Meio Escolar*, Lisboa, Edições, Coisas de Ler.

MINAYO, S. (1999) *Pesquisa Social: teoria, Método e Criatividade* 18 ed. Petrópolis, Vozes.

MOREIRA, C. (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa, Edições Universidades Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OERTER, R. e MONDADA, L. (2002), *Entwicklungspsychologie* (5, vollsts. Uberand). Weinheim: Beltz.

OLIVEIRA, M. (1986), *Sociologia*. Lisboa Texto, Sociedade Editora e Distribuidora de Livros, Lda.

ONU, (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social* - Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social, ISSS- Departamento Editorial: Lisboa.

PAIS, J. (2003), *Cultura Juvenis*. Lisboa. 2ª Edição, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

PENHA, Maria Teresa (2000), *Crianças em Situação de Risco*, Coleção Módulos Profiss, Segurança Social, Lisboa.

PINTO, A (1995), *Sociologia da Educação*. Alfragide, Megraushill.

PINTO, M. e SARMENTO, M. (1999) *Saberes Sobre As Crianças - Para uma Bibliografia sobre a infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*. Braga, edição, Centro de Estudos da Crianças U.M.

QUINTELA, S. (2004), *Sentidos Para o Agir: Contributo para a Compreensão das Perturbações de Comportamento*. Lisboa, Edição CELTA.

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L.V (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Gradiva.

ROSALES & al. (2009), *Crescer Fora de Água? Expressividades, Posicionamentos e Negociações Identitárias de Jovens de Origem Africana na Região Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Edição: Alto- comissariados para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI, IP).

SANTOS, B. (Diretor Científico), Gomes & al. (Coordenadores), Fátima Sousa & al. (Investigação), (2004), *Os Caminhos Difíceis da “ Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma Avaliação de dois anos de Aplicação de Lei Tutelar Educativa*, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais Coimbra.

SARMENTO,T. (1999), *Percursos Identitários de educadoras de Infância em Contextos Diferenciados: Cinco Historias de Vida*. Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho: Instituto de estudos da criança.

SEABRA, H. (2005), *Delinquência a Preto e Branco*. Estudo de Jovens em Reinserção. Lisboa, Edição, Alto- Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

SEGALEN,M. (1999), *Sociologia da Família*. Lisboa, Edição, Terramar.

SILVA, L. (2001) *Acção Social Na Área da Família*. Lisboa, editor, Universidade Aberta.

SILVA,L. & SILVA, M. (2001), *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. Ed. Rev. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

SOARES, N. (2001), *Outras Infâncias - A Situação Social das Crianças Atendidas numa Comissão de Protecção de Menores*. Universidade do Minho, Edição Centro de Estudos da Criança – U.M.

VARIOS (2008). *Revista Lusófona de Educação*, nº 11.

SPRINTHALL, N. e COLLINS, W. (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa,3ª Edição Fundação Calouste Gulbenkian.

SPRINTHALL, N. e SPRINTALL, R. (1994), *Psicologia Educacional*. Lisboa, Edição Megrawhill.

STEINBERG, L.(1993), *Adolescence* (3rd ed). New York, Macgraw-hill.

TOMÉ, M. (2003), *A Criança e a Delinquência Juvenil na Primeira República*. Lisboa, Edições, Projecto Atlântida.

Anexos

Anexo I

Protocolo da entrevista à Coordenadora do centro Educativa

Contextualização da Entrevista

A entrevista decorreu numa sala do centro educativo no período de manhã.

Objetivo da Entrevista:

- ✓ Verificar como está organizado o dia dos jovens internos;
- ✓ Quem os acompanha ao longo do dia;
- ✓ Verificar quais são atividades tipicamente educativas;
- ✓ Ver quais são os programas educativos para jovens em processo de ressocialização no que respeite a recuperação;
- ✓ Verificar se os jovens visitam a família indo para fora ou se recebem a família no Centro;
- ✓ Verificar como é feita avaliação desses jovens.

Entrevistada: Coordenadora

Tipo de Entrevista: Semi-Directiva

Antes de iniciar a entrevista foi pedida a autorização para efetuar a gravação da mesma. A coordenadora mostrou-se à vontade perante esse pedido.

Reprodução do diálogo

A - Horários/Atividades: Verificar como está organizado o dia dos jovens internos

1) Como é o dia dos alunos? A que horas acordam? A que horas se deitam?

R: *“Horários de deitar, posso dizer que os jovens quando estão na fase 1 no primeiro mês deitam-se às 20h durante a semana e às 20h durante o fim-de-semana quando já estão no primeiro mês deitam-se 21h durante a semana e 21h30 no fim-de-semana. Os da fase 2 deitam-se às 21h30 na semana e às 22h no fim-de-semana, os da fase 3 deitam-se às 22h durante a semana e às 22h30 durante fim-de-semana, os da*

fase 4 deitam 22h e 22h30 durante fim-de-semana. Portanto, isto varia muito, a questão da hora de levantar também depende das férias e do fim-de-semana e dos dias regulares. Portanto, nos dias uteis é das 7h30, nos sábados é às 9h. Depois temos as atividades no fim-de-semana, no fim-de-semana tem geralmente a parte de manhã, uma parte da manhã atividades desportiva que também pode ser culturais e a parte da tarde é destinada às visitas; é a parte mais livre pra eles. De maneira geral é assim que decorre o fim-de-semana, durante as férias do carnaval, da Pascoa, que é tempo de férias no sentido em que há interrupção letiva, nós tentamos fazer então, pomos a formação tenológica a decorrer da parte de manhã e nas partes da tarde temos atividades desportivas lá fora no exterior, tentamos também sempre dinamizar alguma coisa de diferente ... e aproveitar esse momento para dinamizar algo que faça sentido dentro do Projeto de Intervenção Educativa do centro e para os jovens. E então temos por exemplo agora um atelier de cinema e dança, começamos ontem, vamos ter agora segunda, terça e quarta agora nesta fase de carnaval e já estamos a organizar uma coisa para nas férias da pascoa e assim sucessivamente nesses períodos tentamos sempre fazer outro tipo de oferta que faça sentido para esses tipos de jovens e que vá de encontro às necessidades” (C).

2) Que fazem entre o primeiro e o último momento?

R: “Os jovens levantam-se, fazem higiene pessoal, e... depois fazem as limpezas e as faxinas das unidades de acordo com as escalas, é uma escala rotativa, portanto, os jovens vão rodando diversas atividades que há ao longo do dia portanto, todas as semanas sai uma escala rotativa diferente é o que eles fazem de manhã. A seguir começam-se a organizar para o pequeno-almoço” (C).

3) Que estrutura tem a organização das atividades ao longo do dia?

R: “Portanto, tem ao longo do dia atividades que enquadram nesta valência formativa. Tem também o curso extraescolares de desporto, o professor que está cá destacado pelo Ministerio de Educação e também tem educação física ao longo do dia como por exemplo, fazendo parte do seu calendário escolar, a... depois tem em termos de atividades, terminando, tem intervalo no meio da manhã, tem o almoço depois tem

intervalo depois do almoço, depois retomam-se as atividades às 14h 15 depois de fazer uma pequena reunião, a hora do almoço e as atividades vão para ai fora consoante o dia também tem, a... horas diferentes de terminar e depois ainda tem outras atividades que o centro faculta, dispõe, desproporciona que é neste caso, o projeto transformers que temos cá a trabalhar connosco, eles tem a turma de jardinagem e de pré – impressão digital, tem artes manuais ao fim de semana e... uma vez por semana o curso marcenaria, uma vez por semana dança também através do projeto transformers e depois tem ainda pela Universidade Lusófona tem ainda aulas de Condição Física que o estagiário que está cá e faz uma vez por semana ginásio com cada turma isto é regra, as atividades mais regulares digamos assim durante a semana depois vamos tendo alguns projetos dinamizados ao longo do ano, neste momento, estamos a ter o Banco Alimentar que desenvolveu com cada Unidade 9 secções com cada unidade sobre Cidadania. Vamos começar agora com COAS da Fundação Portuguesa da Luta Contra a Sida 5 secções que... sobre a sexualidade, portanto, vamos começar agora no mês de Março agora quando termina um projeto e iniciamos o outro, portanto, temos sempre projetos paralelos a complementar também a partes escolar e formativa. No mês de Maio, a semelhança dos anos anteriores vamos ter o mês cultural, no mês cultural desenvolvemos pelo menos 4 ou 5 semanas temáticas que são complementares à formação deles, semanas de cidadania, semanas de solidariedade, semanas de ciências, estou a dizer várias semanas que temos tido ao longo deste ano, a semana de desporto, a... pronto, semana de ciência e tecnologia, tentamos envolver todos agentes educativos, os jovens, os professores e trazer muitas entidades do exterior a passar determinado tipo de conhecimento e sensibiliza-los para determinado tipo de temas de forma a eles saírem um bocado da sua visão mais restrita e limitada do mundo, colocarem-se também como cidadãos ativos e perceberem que também tem um papel a desenvolver na sociedade para além daquele registo que eles mantinham até chegarem aqui” (C).

4) Tem aulas equivalentes ao Ensino Básico e Secundário?

R: “Portanto, a...eles tem equivalência, quando eu falo de um curso B2, falo em curso com equivalência a 2º ciclo e a... 5º e 6º ano antigo e os cursos de B3 são cursos

com equivalência ao 9º ano, nós temos cá um jovem a fazer o 10º ano a Ensino a Distancia porque já esteve muito avançado tinha tempo de medida que lhe permitia fazer isso, então apostamos nessa solução e está a resultar muito bem e temos agora um jovem que por força de uma situação de exceção vai estar a frequentar o ensino no exterior”(C).

5) Tem oficinas especiais?

R: “Tomam pequeno-almoço vão para as oficinas ou para parte escolar porque eles tem curso de Dupla Certificação que são cursos de Educação e Formação de Adultos de dupla certificação. Tem uma parte de formação de base e uma parte de formação escolar, alguns jovens vão para curso de Operador de Jardinagem que é curso B2, outros vão para curso de Pré-impressão Digital que é o curso B3e outros vão para o curso de Marcenaria que é o curso de B3 também” (C).

B - Responsáveis: Quem os acompanha ao longo do dia

1) De manhã?

R: “ os responsáveis são os Técnicos Profissionais de Reinserção Social que no fundo são os Monitores, os educadores” (C).

2) Nas atividades ao longo da manhã?

R: “Quem acompanha na sua essência a parte educativa e quem acompanha diariamente os jovens, nós costumamos dizer quem está sempre com eles, são os Técnicos Profissionais de Reinserção Social, chamamos hoje de TPRS que no fundo são os Monitores, os educadores, as pessoas que os acompanham em todas as atividade. São responsáveis por supervisionar os jovens, ter sempre os jovens em visão, nunca perder o controlo do jovem nenhum, saber sempre onde está e acompanhar durante o dia as atividades e tudo mais. Os jovens nunca estão sozinhos, estão sempre acompanhados de maneira a terem proteção como outros e poderem viver aqui num clima tranquilo isto inclui banhos, inclui tudo, não é? À noite eles estão cada qual num quarto isolado tem o seu próprio quarto, tao fechados, tem campinha e são também visionados por rondas de meia em meia hora, quando é necessário em situação que

miúdos precisam de outro tipo de vigilância. Os monitores para além desta questão de vigilância do controlo da segurança que asseguram em permanência, são também responsáveis pela parte educativa no sentido de fazer valer das competências necessárias para a vida em sociedade: saber estar, saber conviver uns com os outros, inculcar noções básicas de educação de higiene pessoal, de regras entre eles, da relação com os adultos, uns com os outros, no fundo são os educadores. São eles que fazem intervenção em primeira linha de como resolver um conflito, de como saber gerir uma situação que os fazem desenvolver esse tipo de competência mais básicas e mais essenciais e que muitos não trazem” (C).

3) Nos intervalos?

R: “Nos intervalos tentam-se que sejam também os Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS) quem está nas atividades, portanto, eles acompanham as atividades, os Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS) também dão apoio nos intervalos e nas atividades sempre que necessários eles estão mais, são eles que depois fazem outro tipo de trabalho” (C).

4) Nas atividades ao longo da tarde?

R: “Na atividade ao longo da tarde igual” (C).

5) Nas aulas?

R: “Nas aulas também, os monitores para além dos professores e dos formadores que dão as aulas, o TRS também está em permanência na aula e também vão acompanhando e supervisionando o aluno, nunca largam os alunos” (C).

C - Outras Atividades: Verificar quais são atividades tipicamente educativas

1) O Projeto mostra-se preocupado com a reintegração?

R: “Nós temos um Projeto de Intervenção Educativa e temos diversas atividades que estão estruturadas em programas e projetos que obviamente tem dois tipos de preocupações, dois tipos de objetivos que são a educação dos jovens para o direito e reinserção deles de forma digna e responsável na comunidade. Todo o Projeto de

Intervenção Educativa tem como finalidade no fundo essas duas valências. A nossa preocupação é desde que ele entra é preocupar-se em saber como é que vai sair? Não é? É de forma a poder ter um percurso diferente lá fora portanto, o que se pretende é que ele não... em última linha não se reincida no crime. O que o traz cá são factos qualificados como crime que e ele praticou, não é? E o que se pretende obviamente não é que venha a repetir e praticar esses factos mas não só também que tenha uma reinserção digna e responsável na comunidade, também se torna um cidadão obviamente ativo e proactivo na sociedade. O quê que nós pretendemos enquanto aqui ele está? O seu desenvolvimento, não é? Tentamos perceber quais são as necessidades que os jovens trazem? E as encontra elas e favorecer em muito o desenvolvimento do jovem, isso é uma coisa que vamos conseguindo portanto, o jovem entra com muitas necessidades e lacunas e alguns problemas também entram com os seus potenciais, também obviamente nos preocupamos em estimular e promover e dar relevo de forma que ele depois possa sair preparado e motivado para fazer um percurso para o social e que deixe a parte do anti-social para traz, no fundo que faça uma mudança ou que encontre um projeto alternativo ou percurso que ele trazia, no fundo estes são objetivos principais” (C).

2) Que programas específicos têm com esse objetivo?

R: “Temos o programa formativo pretende-se que os jovens para além de ter uma certificação que permita ter uma reintegração lá fora muitas vezes que ele recupere o tempo perdido, muitas vezes eram jovens que estavam excluídos do meio escolar formativo ou então estavam muito atrasados tem muitas necessidades básicas quando chegam portanto aqui pretende-se um pouco esse ritmo e que tenha uma certificação que lhe permita também dar continuidade ao seu projeto lá fora, uma reintegração diferente portanto, ter uma certificação. Para além da certificação desenvolve competências de hábitos de trabalho, de saber estar, de saber falar, de saber aceitar as autoridades, saber coisas tão básicas, como saber estar sentado, saber respeitar o espaço do adulto, o espaço dos outros saber trabalhar em equipa portanto, há aqui um conjunto de trabalho e de valores paralelos para além da questão de certificação. O jovem tem programas de contingência onde os jovens são avaliados pelos formadores

diariamente. Depois temos também programas específicos dirigidos à delinquência onde se enquadra o GPS que é programas de competências pessoais e sociais é um programa dirigido de raiz cognitiva comportamental dirigido a problemas a nível das competências e onde eles são pronto... são programas que tem 4 módulos da comunicação, um deles é permitido desenvolver em determinado tipo de competências pessoais e sociais é um programa estruturada em 25 secções, por isso é chamado de GPS 25” (C).

3) Quem os ministra?

R: “É ministrado geralmente por mim e por TPRS – Lusa e geralmente tem grupos de 7 a 9 jovens em cada secção. Todos os jovens também à partida passam por estes programas podemos ter, não é o caso aqui mais já temos tidos pois, temos o programa que falei como da cidadania, da sexualidade e outros que nós vamos desenvolvendo, podemos ter comportamento dirigido à raiva ou algum comportamento mais violento até estamos a pensar também avançar neste sentido e também programa estruturado que caminha fazer este nível depois temos programas de tutorias que é cada jovem que entra aqui tem um Técnico Tutor que é Dra. (D) ou Dr. (J). Esse Técnico Tutor faz periodicamente quinzenalmente, faz reunião de tutoria com eles onde é elaborado PEP” (C).

4) A formação pessoal e social segue algum programa gradual?

R: “Sim, no que diz respeito ao regime de progressividade que já falámos. É também sim no que respeita à formação de base e formação tecnológica que funciona por módulo” (C).

D - Programas Individuais: Ver quais são os programas educativos para jovens em processo de ressocialização no que respeite a recuperação

1) Existem planos educativos de natureza pessoal (PEP)

R: “O Projeto Educativo Pessoal de cada jovem é elaborado também com jovem e com a família e depois vai sendo avaliado o PEP ao longo do internamento e todas as questões inerente à quele jovem importante para aquele jovem são avaliados na sede

das tutorias, no final das tutorias o técnico faz um mini relatório, esse mini relatório passa pelas pessoas e pela equipa técnica e é depois colocado no seu dossier individual. Portanto, há um trabalho sistematizado com jovens e com a sua família desenvolvido no tempo que ele aqui está, portanto, nestas tutorias o técnico no fundo é o elo de ligação entre a Família, a Instituição e o Tribunal, faz aqui estas ligações, ele é o responsável por esta questão e por desenvolver o que é importante a nível do projeto daquele jovem. Portanto, o jovem integra nas determinadas atividades que são gerais mas também podem integrar determinadas atividades específicas, nós precisamos dar respostas a ela por exemplo, imaginamos que um jovem tem problema de alcoolismo que precisamos dar resposta aqui dentro e tenhamos que integrar no exterior num determinado tipo de programa para além dos programas que ele integra cá dentro poderá ter esses no exterior se fazer sentido, não é? É um jovem com problema de saúde a um determinado nível para além de tudo que é o genérico que é feito aqui ele terá acesso a essa questão em termos da sua necessidade específica a esse nível pronto... e por aí fora a questão diversas que surjam por exemplo é necessário na aquele jovem uma mediação entre a família e ele, há ali um problema muito complexa à quele nível, o técnico tutor se vai obviamente procurar soluções para”(C).

2) Quem toma conta desse plano? Há alguma pessoa responsável por eles?

R: “Portanto, isto é em termos de tutorias, ou seja tutoria no fundo dá uma resposta muito individual a cada caso. Cada caso tem suas especificidades, portanto, depois a seguir ainda temos os programas dentro destes programas da saúde mais específicos psicoterapia, a... temos a Dra. (D) que faz aqui a psicoterapia individual e também temos agora algum apoio da estagiária da psicologia que estão a desenvolver algum trabalho a esse nível, vão fazer alguns programas de enriquecimento experimental e também de algum apoio individual e também já estamos em curso e avaliar por isso nesse sentido, mais ela faz um programa dentro de uma linha psicodinâmica de intervenção individual uma vez por semana com a maioria dos jovens. Portanto, é também um programa que nós temos, tudo isto pretende o quê? É aquilo que eu disse desde início, atingir os tais objetivos. Portanto, nenhuma destas ações, nenhum destes programas quer individual, quer mais generalista é efetuado sem

ter como fim não é que o jovem promove sem ter como fim a promoção da mudança do jovem no sentido para social. Portanto, isto é o nosso objetivo principal e obviamente que a nossa ferramenta é trabalhar o desenvolvimento dele. Por exemplo é necessário a nível formativo, vou dar exemplo, temos cá professor de apoio que não entra neste registo, temos cá o jovem x é um jovem que chegou que não sabe, tem muitas dificuldades de leitura e está a ter duas vezes por semana individualmente apoio para ver se consegue começar a ler e escrever em condições para poder acompanhar os cursos devidamente. Pronto, é isto para explicar que se vai procurar respostas individuais para necessidades específicas que surjam por cada jovem” (C).

E - Visita: Verificar se os jovens visitam a família indo para fora ou se recebem a família no Centro

1) Os alunos enquanto estão internados têm possibilidade de contactar a família?

R: “Os alunos enquanto estão internados têm possibilidades visitar a família sim” (C).

2) Como o fazem? Vão até as famílias ou as famílias são autorizadas a visitá-los no Centro?

R: “Os alunos enquanto estão internados têm possibilidades de receber a visita da família sim. Os jovens têm visitas consoante está no regulamento interno, é uma questão de avaliar e nós seguimos aquilo que está exatamente no regulamento interno, eles tem visitas durante a semana duas horas por semana. Nós fazemos ao sábado e ao domingo, as visitas decorrem entre às 14h e às 18h e depois tem também, consoante a fase, direito a determinadas visitas extraordinárias e algumas podem até ocorrer durante a semana. Portanto, os jovens recebem visitas no centro, os únicos jovens que vão para a casa são os jovens que estão em regime semiaberto como sabe, temos tido alguns, excecionalmente, em regime semiaberto e esses jovens que estão em regime semiaberto vão à casa alguns fins de semanas ou algumas férias autorizadas dentro dum procedimento que é muito específico e que está regulamentado, mas no sentido das visitas chamadas visitas em si, são famílias que vem ao centro educativo”(C).

3) Tem sido benéfico o contacto com o exterior? É necessário estar atento a algum perigo?

R: *“Tem sido benéfico sim, claro, eles só vão nas fases mais avançadas. É feito um trabalho prévio com a família, portanto, o jovem só vai se a família tiver obviamente condições para o receber e condições para supervisão do mesmo. Neste sentido, o jovem irá depois do que está estabelecido, lá está com o técnico tutor que faz um trabalho onde estão definidas as regras e o que é possível jovem fazer, portanto, o jovem tem determinadas coisas que podem e não pode fazer no exterior. Portanto, é um plano de conduta a seguir lá fora nos fins-de-semana tem que o seguir e para além de ter feedback da família também vamos telefonando periodicamente a família para saber como é que estão a correr as coisas. Em última linha se for período mais longo as nossas equipas no terreno também vão averiguar como é que está a decorrer a situação da saída ao exterior”.*

“É sempre um risco o jovem quando sai, é sempre o risco que se assume de aposta no jovem no sentido de... perigo no exterior, são os que já conhecemos, há sempre perigo de ele não voltar, há sempre perigo de ele não cumprir com aquilo que está estipulado e ir ter com outros jovens na comunidade, há sempre esse risco ... não é? Mas são riscos ponderados e que quando se assumem são porque faz sentido no projeto do jovem e aposta no exterior ele começar numa aproximação gradual à família, à casa porque o jovem vai acabar por sair, portanto, os semiaberto no fundo é mesmo isso é poder trabalhar as saídas do jovem, estar com as famílias, estar na comunidade, poder trabalhar as competências pra isso, podendo ele vir estar nesse espaço mais já... mais de uma forma ensinada, conversada e controlada para gradualmente sair fazendo essa aproximação. Portanto, esse é o objetivo do regime semiaberto é no fundo trabalhar duma forma, fazer essa aproximação de uma forma consciente deferente, intervencionada doutra forma por ai fora” (C).

F - Indisciplina: Verificar como resolvem os casos de indisciplina

1) Existe algum regulamento interno que os alunos conheçam?

R: *“Portanto, os jovens quando entram no centro educativo é lhes logo dado um regulamento interno próprio para eles onde está resumido tudo isto” (C).*

2) Como é dado a conhecer?

R: *“O técnico tutor lá está é responsável também por passar toda esta informação logo a partida e logo de inicio”(C).*

3) São cumpridores das regras estipuladas?

R: *“Eles sabem logo desde de início que entram aqui, sabem quais são os limites até onde podem ir e isso é uma coisa que lhes é relembrado sempre que é necessário e sempre que é necessário trabalhar quais são as regras e explicar aos jovens e trabalha-la e é contínuo que é feito por todos, no fundo é transversal a todos” (C).*

4) Que antídoto para os não cumpridores?

R: *“É o que está na lei, pronto, seguimos o que está na lei, é feito um procedimento disciplinar quando não se pode dar uma resposta educativa ou uma resposta pedagógica, temos que avançar por uma resposta disciplinar, fazemos um procedimento disciplinar com todos os passos que estão estipulados e aplica-se uma determinada sanção disciplinar quando é necessário” (C).*

5) Tem-se revelado difícil a manutenção da ordem?

R: *“Nós a nível da disciplina seguimos o procedimento da Lei Tutelar Educativo e Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo. Portanto, regemo-nos por aquilo que está estipulado. No dia-a-dia tentamos fazer a filosofia da casa, um bom equilíbrio entre a parte disciplinar e a parte da relação. Portanto, aquilo que nos interessa é estabelecer vínculo, não só a parte disciplinar, impor aqui limites, os limites são muito importantes, a disciplina é muito importante mas o estabelecimento da relação dos vínculos também é muito importante, tentamos fazer aqui um bom balanceamento entre as duas situações e obviamente independentemente da oscilação que vamos ter ao longo do tempo, acho que se pode dizer que temos vindo a conseguir” (C).*

G - Avaliação: Verificar como é feita avaliação desses jovens

1) O aluno é constantemente avaliado?

R: *“Os jovens têm programas de contingência onde os jovens são avaliados pelos formadores diariamente” (C).*

2) É função de uma pessoa só ou é feita em grupo?

R: *“São avaliados por TPRS diariamente” (C)*

3) Que consequências dessa avaliação.

R: *“Podem ter consequências a médio e a longo prazo ao nível do processo judicial que ele tem. Portanto, os jovens no fundo tem sempre expectativa de poder... a ..., tendo um bom percurso, rever a sua medida de regime fechado por exemplo por um semiaberto ou mesmo para um acompanhamento educativo, e fazer uma progressão ou mais rápida ou uma progressão diferente dentro do próprio sistema judicial e do sistema tutelar de menores, isso é uma coisa que eles vão vendo. Os jovens com mérito vão conseguindo fazer um determinado percurso e lutam também por conseguir por eles próprios. Dessa avaliação decorre no fundo é uma promoção de mérito decorre situação em que eles podem ter acesso a determinados tipos de regalias ou então ficarem privados de algumas regalias devido a avaliação que vão tendo. A avaliação do programa de contingência tem- se mostrado muito estimulante para os jovens. Os jovens dão muito valor a questão das notas que lhe são atribuídas ao nível do comportamento e dão muito valor no sentido em que gostam de ser, esforçam-se para ser o melhor da semana, esforça-se para ser o melhor do mês, não só pelas regalias que daí advém mais também pelo reforço social que lhe traz. Portanto, ficam bastantes frustrados quando tem uma nota negativa por qualquer situação que é menos bem valorizada. Isto é tudo é alvo de discussão nas tais reuniões que são feitas principalmente na hora de jantar onde é possível eles discutirem, o porque? Nas formações eles sabem que também tem que saber estar, tem que se esforçar para estar*

nos momentos, sabem que estão constantemente, em certo sentido, a serem avaliados por um determinado fim, temos programas de contingências também”(C).

4) O bom comportamento do aluno pode interferir na redução da pena?

R: *“Claro que os jovens sabem a avaliação que eles têm através do plano de competências. Que esta avaliação é feita pelas tutorias Toda a informação é espelhada em relatórios que são feitos periodicamente pelo Tribunal e obviamente que tudo isso conta a nível de decisão, a nível de revisão de medidas por parte do Tribunal, tudo isso é importante até na articulação com tribunal. Os jovens sabem que um bom comportamento, uma boa conduta, pode marcar pontos positivos, e que isso tem consequências”(C).*

5) Pode acontecer o contrário? Em que circunstâncias?

R: *“Sim, se o jovem tiver um comportamento que seja grave a nível legal pode ver agravada a sua medida” (C).*

6) Tem havido reincidências quando voltam à vida social normal?

R: *“Sim, os jovens que estão internados no centro educativo já são jovens de última linha de uma maneira geral são jovens já com uma grande complexidade até que já foram alvo de muito tipo de intervenções, muitas vezes antes de chegarem o centro educativo, outros não, e sim tem uma percentagem de jovens que reincida no crime e outros que tem sucesso” (C).*

7) Que procedimentos nesse caso?

R: *“Temos também depois a questão da preparação para saída, o jovem sai daqui com projeto, não é? Pelo menos tenta-se a todo custo isso às vezes também nos debatemos e também vamos ao encontro das dificuldades lá de fora de integração, neste momento as saídas profissionais não estão fáceis como sabe... não é? Mais procuramos sempre integrar os jovens a nível formativo, a nível dum trabalho ou escolher qual a melhor pessoa da família que poderá ficar com ele, enfim... mil e uma questões ou se não tem absolutamente ninguém da família procuramos instituição para*

o acolher, enfim... o técnico tutor tem que procurar soluções que melhor lhe convenha” (C).

8) O Centro tem tido sucessos na reintegração desses alunos?

R: *“É sempre muito difícil explicar o sucesso ou o insucesso em duas ou três frases. Não é? Porque eu acho que de uma forma geral nós temos sucessos com jovens cá dentro ao nível do desenvolvimento, sente-se uma diferença, não é? Eles ganham sempre muito aqui dentro, portanto, atingimos determinado nível de sucesso a esse nível. Por outro lado nem sempre este investimento não é suficiente já que, por vezes, eles reincidem lá fora” (C).*

9) Qual explicação para o sucesso ou o insucesso?

R: *“Há aqui várias vertentes para explicar isso, várias, múltiplas, não é? Cada caso é um caso para explicar o insucesso, podemos apontar factos de, às vezes os jovens não terem apoio no exterior, deixar de ter controlo também da parte de justiça, não terem as melhores soluções lá fora para oferecer ao enquadramento pessoal, às vezes, não ter melhor apoio familiar, enfim... podemos dar aqui muitas justificações e poderemos melhorar muito o sistema, mas também podemos deparar que o jovem continua a fazer um percurso de delinquente, um percurso de crime e que é uma opção pessoal isso também acontece às vezes. Portanto, esses casos também são concretos também existem portanto, não é assim fácil explicar o sucesso ou insucesso” (C).*

Análise do conteúdo

Categorias	Subcategorias	Indicadores
A- Horários/Atividades	1 – Como é o dia dos alunos? A que horas acordam? A que horas se deitam?	- O horário varia consoante as fases em que os jovens se encontram a cumprir medidas educativas;

	2- Que fazem entre o primeiro e o último momento? 3-Que estrutura tem a organização das atividades ao longo do dia? 4- Tem aulas equivalentes ao Ensino Básico e Secundário? 5- Tem oficinas especiais?	- O jovens desenvolvem todas atividades educativas incluído as limpezas diária do centro, higiene pessoal e a formação educativa que lhes dão direitos a Dupla Certificação ou seja são cursos de Educação e Formação de Adultos de dupla certificação,
B- Responsáveis	6- De manhã? 7- Nas atividades ao longo da manhã? 8- Nos intervalos? 9- Nas atividades ao longo da tarde? 10- Nas aulas? ▪	- São os Educadores, Monitores, Formadores e Técnicos Profissionais de Reinserção Social que acompanham os jovens em todas atividades; -Responsável por supervisionar os jovens.
C- Outras Atividades	1- O Projeto mostra-se preocupado	- Atividades tipicamente educativo,

	com a reintegração? 2-Que programas específicos têm com esse objetivo? 3- Quem os ministra? 4- A formação pessoal e social segue algum programa gradual?	- O Centro Educativo dispõe de um Projeto de Intervenção Educativa, - Tem diversas atividades que estão estruturadas em programas cujo, a finalidade é a educação dos jovens para direito e a sua reinserção para que não se reincide no mundo do crime, - O programa é geralmente ministrada pela Coordenadora e por Técnicos Profissionais de Reinserção social.
D- Programas Individuais	3- Existem planos educativos de natureza pessoal (PEP) 4- Quem toma conta desse plano? Há alguma pessoa responsável por eles?	- É elaborado Projeto Educativo Pessoal com cada jovem e a família ao longo do internamento; - Dispõe de Programas Formativa de Dupla Certificação e Formação de Adultos; - Programas de contingência;

		- Programas específicos denominados de Programas de Competências Pessoais (GPS) dirigidos à delinquência.
E- Visita	4- Os alunos enquanto estão internados têm possibilidade de contactar a família? 5- Como o fazem? Vão até as famílias ou as famílias são autorizadas a visitá-los no Centro? 6- Tem sido benéfico o contacto com o exterior? É necessário estar atento a algum perigo?	- Os jovens têm visitas consoante está no regulamento interno; - Eles vão nas fases mais avançadas depois são feitas um trabalho prévio com a família; - O técnico tutor definam regras que podem e não podem fazer no exterior; - É sempre risco que se assume de aposta no jovem no sentido de perigo no exterior.
F-Indisciplina	6- Existe algum regulamento	- Seguem o procedimento da Lei Tutelar Educativo e

	interno que os alunos conheçam? 7- Como é dado a conhecer? 8- São cumpridores das regras estipuladas? 9- Que antídoto para os não cumpridores? 10- Tem-se revelado difícil a manutenção da ordem?	Regulamento Geral Disciplinar do Centro Educativo; - Estabelecer vínculo; - Impor limite, - Aplica-se uma determinada sanção disciplinar quando é necessário.
G- Avaliação	10- O aluno é constantemente avaliado? 11- É função de uma pessoa só ou é feita em grupo? 12- Que consequências dessa avaliação. 13- O bom comportamento do aluno pode interferir na redução da pena? 14- Pode acontecer o contrário? Em que circunstâncias? 15- Tem havido reincidências quando voltam à	- A avaliação dos jovens é feita através das tutorias com o técnico tutor; - Toda informação é espelhada em relatório que são feitos periodicamente pelo Tribunal; - O bom comportamento dos jovens conta a nível de decisão e a nível de revisão de medidas por parte do Tribunal; - O sucesso e o insucesso traduzem se na falta de apoio no exterior - O percurso de crime e é

	vida social normal? 16-Que procedimentos nesse caso? 17-O Centro tem tido sucessos na reintegração desses alunos? 18- Qual explicação para o sucesso ou o insucesso?	uma opção pessoal
--	--	--------------------------